

UNIVERSIDADE FEDERAL DE PELOTAS
Instituto de Ciências Humanas
Curso de História – Licenciatura



Trabalho de Conclusão de Curso

**As ideias anti-escravistas e a abolição do tráfico transatlântico a partir da obra
do charqueador Antônio José Gonçalves Chaves (1780-1822)**

Lucas Pedra de Castro

Pelotas, 2022

Lucas Pedra de Castro

As ideias anti-escravistas e a abolição do tráfico transatlântico a partir da obra do charqueador Antônio José Gonçalves Chaves (1780-1822)

Trabalho de Conclusão de Curso apresentado ao Instituto de Ciências Humanas da Universidade Federal de Pelotas, como requisito parcial à obtenção do título de Licenciado em História.

Orientador: Prof. Dr. Jonas Moreira Vargas

Pelotas, 2022

Universidade Federal de Pelotas / Sistema de Bibliotecas
Catalogação na Publicação

C355i Castro, Lucas Pedra de

As ideias anti-escravistas e a abolição do tráfico transatlântico a partir da obra do charqueador Antônio José Gonçalves Chaves (1780-1822) / Lucas Pedra de Castro ; Jonas Moreira Vargas, orientador. – Pelotas, 2023.

73 f.

Trabalho de Conclusão de Curso (Licenciatura em História) – Instituto de Ciências Humanas, Universidade Federal de Pelotas, 2023.

1. Antônio José Gonçalves Chaves. 2. Charqueadas. 3. Escravidão. 4. Abolição. I. Vargas, Jonas Moreira, orient. II. Título.

CDD : 326.0981

Elaborada por Leda Cristina Peres Lopes CRB: 10/2064

Lucas Pedra de Castro

As ideias anti-escravistas e a abolição do tráfico transatlântico a partir da obra do
charqueador Antônio José Gonçalves Chaves (1780-1822)

Trabalho de Conclusão de Curso aprovado, como requisito parcial, para obtenção do
grau de Licenciatura em História, Instituto de Ciências Humanas, Universidade
Federal de Pelotas.

Data da Defesa: 09 de dezembro de 2022

Banca Examinadora:

Prof. Dr. Jonas Moreira Vargas (Orientador)

Doutor em História pela Universidade Federal do Rio de Janeiro

Prof. Dr. Aristeu Elisandro Machado Lopes

Doutor em História pela Universidade Federal do Rio Grande do Sul

Agradecimentos

Eu não poderia começar este trabalho sem lembrar das pessoas queridas que contribuíram significativamente para a concretização deste momento. Agradeço a todos os professores e professoras que fizeram parte da minha vida ao longo da minha jornada, desde a primeira série, até o dia de hoje. Professores da Escola Estadual de Ensino Fundamental Ruy Ramos, da Escola Municipal Padre Reinaldo, do Instituto Estadual de Educação Ponche Verde, do Instituto Federal Sul-Rio-Grandense (IFSUL) e, claro, os docentes do curso de História da Universidade Federal de Pelotas (UFPel). Vocês, além de terem contribuído de forma intensa na construção da minha educação, mostraram-me a possibilidade de trilhar um caminho, caminho este que hoje é muito mais do que a oportunidade de uma profissão, é a minha vida.

Aos meus amigos, de dentro e fora da faculdade. Não citarei nomes, mas agradeço a todos pelos diálogos, encontros e, principalmente, pelo apoio. Vocês foram muito importantes nesta fase, sempre acreditaram no meu potencial e estiveram presentes em todos os momentos ao longo da minha trajetória. Obrigado por assistirem minhas aulas do Desafio Pré-Universitário Popular, minhas apresentações em eventos acadêmicos e, principalmente, por me incentivarem a continuar neste caminho.

Ao meu orientador, Jonas, por todo o processo de construção deste trabalho. Jonas, obrigado por acreditar tanto em mim. Além de ser um professor excelente e um pesquisador incrível, tu és uma pessoa admirável. Obrigado por ser esse cara humano e compreensivo. Tu foste fundamental para a conquista deste sonho.

À minha companheira, Maikelly, pelo auxílio durante este processo e, mais do que isso, agradeço por estar ao meu lado em todos os momentos.

Ao meu avô, Benoni, que foi um dos responsáveis por eu ter chegado até aqui. Vô, o teu cuidado, carinho, zelo e amor me fizeram ser quem sou hoje. Tenho certeza que tu estás muito orgulhoso, toda essa caminhada também foi por ti. Sinto tua falta, obrigado por ter sido o melhor avô do mundo.

Ao meu irmão, Alexandre, que mesmo sem compreender muito do que eu faço, esteve ao meu lado, deixando meus dias mais leves com nossas brincadeiras. Agradeço também por ter sido meu ouvinte nos inúmeros ensaios para minhas aulas, obrigado por ser meu aluno número um e por se interessar tanto.

À minha mãe, Adriana, que é minha base, minha estrutura, a pessoa mais importante da minha vida. Uma mãe solteira, que fez o possível e o impossível para eu chegar até aqui, que dedicou sua vida inteira para dar a oportunidade que não teve. Essa conquista não é apenas minha, é tua também. Eu que recebo o diploma, mas ele também é teu. Obrigado por incentivar minha educação e crescimento desde sempre, por me fazer enxergar que, para nós, que viemos de baixo, a educação é o caminho. Obrigado por me estimular a estudar desde meu primeiro ano escolar e por ter enxergado em mim uma pessoa capaz de alcançar tudo aquilo que quer. Só nós sabemos o quão difícil foi chegar até aqui e o quão gratificante é ver os frutos sendo colhidos.

A todos, meus mais sinceros agradecimentos.

Resumo

CASTRO, Lucas Pedra de. **As ideias anti-escravistas e a abolição do tráfico transatlântico a partir da obra do charqueador Antônio José Gonçalves Chaves (1780-822)**. Orientador: Jonas Moreira Vargas. 2022. 75f. Trabalho de Conclusão de Curso (Licenciatura em História) – Instituto de Ciências Humanas, Universidade Federal de Pelotas, Pelotas, 2022.

Estudos a respeito da escravidão estão cada vez mais presentes nos trabalhos de pesquisadores brasileiros, entretanto, a complexidade do sistema escravista e das relações entre senhores e escravizados faz com que novas pesquisas sejam necessárias. Um destes exemplos é o de Antônio José Gonçalves Chaves, um português que construiu sua vida no lado sul do Brasil, no século XIX. Chaves foi um importante charqueador, senhor de escravizados, comerciante e político que beneficiou-se do sangue de cativos para construir o seu império. Sendo assim, ao analisar o contexto e a conjuntura do período, o português possuía muitos motivos para ser um defensor do tráfico e da manutenção da instituição escrava. Entretanto, o charqueador manifestou-se contrariamente à escravidão, sendo um dos mais importantes abolicionistas de seu tempo no território brasileiro, muito embora não defendesse a abolição imediata. Nesse sentido, o presente trabalho se concentra na análise da obra *Memórias ecônomo-políticas sobre a administração pública do Brasil*, livro redigido por Chaves, contextualizando-a em um quadro de ideias anti-escravistas defendidas em outras regiões do Atlântico. Será feito um estudo da terceira memória, mais precisamente, tendo em vista que nesta memória intitulada de “Escravatura”, o charqueador busca dissertar a respeito da instituição escrava e dos seus males para a sociedade. Portanto, o objetivo desta pesquisa será analisar as ideias de um renomado escravista no lado sul do Brasil, que administrava suas escravarias com intensa violência e que, paralelamente, discursava pelo fim da escravidão, sendo um dos nomes abolicionistas mais importantes do Brasil oitocentista.

Palavras-chave: Antônio José Gonçalves Chaves. Charqueadas. Escravidão. Abolição.

Abstract

CASTRO, Lucas Pedra de. **Anti-slavery ideas and the abolition of the transatlantic slave trade from the literary work of charqueador Antônio José Gonçalves Chaves (1780-1822)**. Advisor: Jonas Moreira Vargas. 2022. 75f. Final paper (Degree in History) – Institute of Human Sciences, Federal University of Pelotas, Pelotas, 2022.

Studies about slavery are increasingly present in the work of Brazilian researchers, however, the complexity of the chattel slavery system and the relationships between enslavers and slaves makes new research necessary. One such example is that of Antônio José Gonçalves Chaves, a Portuguese man who built his life in the south of Brazil in the 19th century. Chaves was an important wealthy rancher, enslaver, merchant and politician who benefited from the blood of captives to build his empire. Thus, when analyzing the context and situation of the period, he had many reasons to be a defender of the slave trade and the maintenance of the institution. However, the wealthy rancher manifested itself against slavery, being one of the most important abolitionists of his time in Brazilian territory, although he did not defend immediate abolition. In this sense, the present work focuses on the analysis of the book *Memórias ecônomo-políticas sobre a administração pública do Brasil*, a book written by Chaves, contextualizing it in a framework of anti-slavery ideas defended in other regions of the Atlantic. A study will be made of the third memory literary work, more precisely, considering that in this memory entitled “slavery”, the wealthy rancher seeks to talk about the slave institution and its evils for society. Therefore, the objective of this research will be to analyze the ideas of a renowned slave owner in the south of Brazil, who managed his slaveries with intense violence and who, at the same time, spoke for the end of slavery, being one of the most important abolitionist names in nineteenth-century.

Keywords: Antônio José Gonçalves Chaves. *Charqueadas*. Slavery. Abolition.

Sumário

Introdução.....	10
1. As charqueadas de Pelotas, a escravidão e a elite charqueadora	14
2. Gonçalves Chaves e sua obra sobre escravidão	31
2.1 Concepções e práticas de José Gonçalves Chaves: as incoerências de um charqueador abolicionista no Sul do Brasil.....	31
2.2 Homogeneidade ou heterogeneidade nas formas de relação entre senhor-escravizado?	38
3. Abolicionismo no atlântico revolucionário: uma análise da forma como as concepções de Antônio José Gonçalves Chaves enquadram-se em diferentes contextos e influências anti-escravistas	40
3.1 Inglaterra e suas influências para o abolicionismo brasileiro	41
3.2 O impacto do pensamento ilustrado francês para as perspectivas e atuações abolicionistas em solo brasileiro	56
3.3 Os reflexos da Revolução Haitiana no território brasileiro: o fenômeno do haitianismo nas discussões acerca da escravidão	62
Conclusão.....	67
Referências bibliográficas.....	72

Introdução

Os estudos sobre escravidão são cada vez mais presentes na historiografia brasileira, com produções de trabalhos de grande valor para a sociedade, responsáveis por permitir novos olhares para as relações entre senhores e escravizados vivenciadas em todo o solo brasileiro.

Nesse sentido, no que se refere a esta temática, as possibilidades são vastas, entretanto, decidi analisar algo não tão comum: um renomado escravista, no lado sul do Brasil, que dedicou parte de sua vida ao discurso pelo rompimento do comércio de escravizados, assim como pela abolição da escravidão.

De acordo com Leme (2018, p.58) Antônio José Gonçalves Chaves, apesar de ter nascido em Portugal, construiu sua vida em território brasileiro, mais precisamente no lado sul do Brasil. Chaves foi um dos mais poderosos charqueadores de seu tempo, status que foi responsável por também torná-lo um homem influente em outros espaços. Ao realizar uma análise histórica, torna-se possível compreender essa posição de destaque, tendo em vista que, conforme afirma Vargas (2013, p.18) o produto charque adquiriu um papel tão importante, ao ponto de ser um dos motores do desenvolvimento da cidade de Pelotas, uma das mais relevantes no que se refere à produção dessa mercadoria, sendo até mesmo conhecida como a cidade das charqueadas.

Nesse sentido, o português estruturou-se profissionalmente nessa atividade e, justamente por meio desta prática, o charqueador ascendeu economicamente e socialmente, com a exploração da mão de obra escravizada. Conforme aponta Vargas (2013, p.20) o uso do trabalho cativo foi determinante para a montagem das charqueadas e, também, para a sua manutenção, visto que estas fábricas foram responsáveis por abastecer as *plantations* atlânticas, com um alimento rico em proteínas e de baixo preço.

Com uma atividade capaz de gerar enorme lucratividade para uma elite composta por homens brancos, a quantidade de estabelecimentos e, conseqüentemente, de escravizados, representou um sinalizador no que se refere ao envolvimento do lado sul do Brasil com o sistema escravista. De acordo com Vargas (2011, p.1) o município de Pelotas foi um marco no que diz respeito à concentração de escravizados do sul do Brasil, sendo as charqueadas um dos principais espaços no agrupamento de cativos.

Assumpção (1990, p. 30) colabora com esta perspectiva, ao afirmar que na década de vinte do século XIX o charque já se mostrava líder na lista de exportações gaúchas e que o couro, produto também adquirido por meio das charqueadas, representou mercadoria de enorme importância econômica. Nesse sentido, percebe-se não apenas a relevância do charque e de outros produtos advindos das charqueadas, também é possível afirmar que o crescimento econômico e a elevação do status social de charqueadores ocorreu em decorrência da exploração do trabalho de escravizados e escravizadas, submetidos a condições de vida sub-humanas.

Nesse sentido, entre os objetivos deste trabalho, encontram-se a análise acerca das incoerências de um importante charqueador, que apresentou uma vasta escravaria, ascendeu economicamente por meio da exploração do trabalho compulsório e que, apesar disso, escreveu uma obra em defesa da abolição gradual do tráfico e da escravidão. Antônio José Gonçalves Chaves administrou suas escravarias a punho de ferro, com violência, porém, foi um dos principais nomes da primeira metade do século XIX no que se refere à literatura abolicionista.

Para além do estudo a respeito das contradições de um senhor de escravizados defendendo o combate à escravidão, buscaremos também, como objetivo, analisar as influências das literaturas abolicionistas de diferentes lugares ao redor do mundo, incorporadas nos discursos de escritores antiescravistas localizados em território brasileiro, com o enfoque ao português Gonçalves Chaves, tendo em vista que a terceira memória de seu livro *Memórias econômico-políticas sobre a administração pública do Brasil*, intitulada “Escravatura”, foi redigida em 1817, ou seja, na segunda década do século XIX.

Entretanto, para que os dois objetivos de pesquisa possam ser respondidos, surge um terceiro: a análise no que se refere à organização das charqueadas e seu impacto para o lado sul do Brasil no que diz respeito à economia, mas também à estruturação de um sólido regime social de produção escravista no Rio Grande do Sul.

Esta pesquisa é dividida em três capítulos, o primeiro deles explora as charqueadas de Pelotas, o sistema escravista presente nestes estabelecimentos e a elite charqueadora. Por meio deste estudo, será possível compreender o processo de produção do charque, as diferentes atividades exercidas pelos charqueadores, o impacto das suas instalações para o sistema escravista, mas, também, um olhar

mais atento para os cativos, como, por exemplo, na formação das famílias escravizadas, nas experiências de parentesco e nos laços familiares envolvendo os escravizados no lado sul do Brasil.

A análise acerca das relações familiares torna-se extremamente interessante, tendo em vista que, de acordo com Pinto (2015, p. 2) é possível explorar as relações construídas por meio de laços de parentesco e compreender seus impactos no que diz respeito à obtenção de trocas sociais para grupos familiares.

O segundo capítulo apresenta uma análise sobre Antônio José Gonçalves Chaves e sua obra acerca da escravidão. Neste capítulo, será realizado um estudo no que concerne à obra *Memórias ecônomo-políticas sobre a administração pública do Brasil*, um dos mais importantes livros no que se refere à literatura antiescravista escrita em solo brasileiro. Gonçalves Chaves publicou, de forma anônima, em uma única obra, cinco Memórias a respeito de diferentes traços da “administração pública” do Brasil. (LEME, 2018, p. 3).

Chaves, apesar de dedicar-se intensamente à administração de suas escravarias, destinou também sua atenção aos seus estudos, mais precisamente no seu lado escritor. De acordo com Vargas (2011, p. 7) Antônio José Gonçalves Chaves utilizou toda a sua bagagem teórica para pôr em prática, por escrito, entre os anos de 1817 e 1822, seus pensamentos sobre política, ou melhor, acerca das suas concepções no que se refere às novas formas de administração pública.

Nesse sentido, não pesquisaremos apenas o que autores falaram a respeito de Chaves, mas também analisaremos o que o próprio charqueador escreveu no que diz respeito à escravidão. Para além de seus pensamentos no que se refere à escravidão, serão estudadas, também, as relações entre senhor e escravizado nas charqueadas de Chaves, localizadas na região sul do Brasil. Sendo assim, será possível compreendermos a forma como este charqueador que discursou favoravelmente à abolição da escravidão administrava suas escravarias e lidava com seus cativos.

O terceiro capítulo desta pesquisa aborda às influências abolicionistas, principalmente construídas na Grã-Bretanha, nos escritos antiescravistas da Ilustração, e também nas experiências da Revolução Haitiana. Este estudo é relevante, tendo em vista que, por meio da pesquisa acerca do abolicionismo britânico, torna-se possível compreender a pressão britânica no que diz respeito ao fim do tráfico de escravizados e a forma como a sociedade e, mais precisamente, os

antiescravistas, as elites políticas e econômicas comportaram-se com tal ação estrangeira.

As análises dos escritos antiescravistas da Ilustração tornam-se imprescindíveis para esta pesquisa, levando em conta que, com status social de Gonçalves Chaves e a sua posição na sociedade, o charqueador possuiu acesso a estas influências do exterior. Nesse sentido, por meio deste capítulo estudaremos quais foram os autores referenciados, assim como quais os pensamentos a respeito da escravidão foram incorporados na sociedade brasileira e, mais precisamente, pelo charqueador português.

Um estudo referente ao haitianismo também se mostra fundamental, tendo em vista a necessidade de analisar o impacto do processo revolucionário haitiano no imaginário das elites, bem como na atuação de negros escravizados no território brasileiro. Antônio José Gonçalves Chaves, em sua obra, aponta o medo de uma revolução de escravizados nos moldes da ocorrida em São Domingos. Nesse sentido, é imprescindível o estudo deste processo, levando em conta que Chaves foi um escravista com uma grande quantidade de escravizados e que, além disso, administrava seus estabelecimentos com brutalidade.

1. As charqueadas de Pelotas, a escravidão e a elite charqueadora

Para que possamos estudar a trajetória e o pensamento de um senhor de escravizados no Rio Grande do Sul, torna-se imprescindível analisarmos a organização das charqueadas, assim como o seu papel para a escravidão. Nesse sentido, buscaremos apresentar a história do município de Pelotas no que diz respeito às suas relações com o sistema escravista, pois, a partir desta contextualização, será possível não apenas enxergarmos a sociedade pelotense oitocentista, mas também as relações entre senhor e escravizado no sul do Brasil.

No que se refere à formação das charqueadas, organização e seu espaço de trabalho, Gutierrez (2006, p. 234) aponta que o surgimento ocorreu dois anos após o Tratado de Santo Ildefonso, em 1779, pois foi o momento em que começaram as doações de sesmarias de campo a militares de carreira, assim como a lideranças de grupos armados e, também, alguns líderes religiosos. Entre o Piratini e a laguna dos Patos, cinco arroios chegavam à margem norte do São Gonçalo:

As sesmarias, delimitadas por esses acessos fluviais, transformaram-se num conjunto formado por estâncias, charqueadas e olarias, chamadas de Pavão, Santana, São Tomé, Santa Bárbara, Monte Bonito, Pelotas e, para completar, a Real Feitoria do Linho-Cânhamo, logo transferida para o atual município de São Leopoldo. (GUTIERREZ, 2006, p. 234).

Analisarmos a importância dos acessos fluviais representa um elemento fundamental para compreendermos o processo inicial das charqueadas. Para que a atividade fosse exitosa, os chamados senhores da matança vislumbraram a necessidade das construções dos espaços físicos das charqueadas serem próximas às águas. Conforme afirma Maestri (1984, p. 59) a dificuldade de deslocamento de animais até as charqueadas e dos produtos até os mercados consumidores representava um impasse para o triunfo da produção saladeiril.

Nesse sentido, as charqueadas fixaram-se, portanto, ao longo das lagoas dos Patos e Mirim, tendo em vista que as edificações nestas localizações permitiram a utilização do transporte fluvial. A saída ao mar era feita, exclusivamente, pelo porto de Rio Grande. Devido à facilidade de deslocamento das cargas, as margens do Arroio Pelotas e do Rio São Gonçalo foram ocupadas por charqueadores. De acordo com Maestri (1984, p. 59) a facilidade de transporte determinou a localização das futuras charqueadas. A estratégia adotada resultou na chegada de carnes salgadas de muitos lugares, até mesmo dos territórios uruguaios.

Estar próximo às águas era imprescindível, pois, como já mencionado, possibilitava o transporte, entretanto, os acessos fluviais também possuíam outra finalidade importante: soltar os dejetos oriundos do abate. Segundo Gutierrez (2006, p. 252) as águas serviam para lançar sangue, vísceras, pulmões, rins, fígados, excrementos dos bois mortos nas charqueadas. Tendo em vista que o número de abates diários era alto, os charqueadores atentavam-se para a necessidade de utilizarem um local para livrarem-se de tudo aquilo que não aproveitavam do animal, nesse sentido, as águas representavam esse espaço.

Conforme afirma Gutierrez (2006, p. 255) mais da metade dos charqueadores possuía marinheiros escravizados. A média, entre esses, era de quatro marujos por saladeiro, dados que mostram o papel de destaque que as águas representavam para os charqueadores. A relação entre os senhores da matança e às águas era tão intensa que iates fizeram parte da riqueza da elite, ou seja, as águas excederam o sentido profissional da vida dos charqueadores.

Nesse contexto, com uma ótima estruturação e uma localização privilegiada, o núcleo charqueador pelotense foi considerado como um dos mais importantes de carne seca do Brasil. Com o sucesso da atividade saladeiril, a quantidade de construções tendia a crescer ao longo do tempo, e foi exatamente o que aconteceu na prática:

Ao longo do século XIX, o número de charqueadas que existiram (não ao mesmo tempo) nas margens dos rios Pelotas e São Gonçalo foi de 43 estabelecimentos. Se em 1822 havia 22 charqueadas na região, em 1850 este número atingiu a casa dos 30, em 1873 chegou aos 35, e em 1880, a 38. Os anos 1860 são considerados o grande auge econômico do setor, e pode-se considerar que foi apenas na década de 1880 que teve início uma crise irreversível que acabou por resultar na decadência do complexo charqueador escravista. (VARGAS, 2014, p. 541).

Conforme afirma Maestri (1984, p. 60) a mais importante concentração de charqueadas ficava sobre o arroio Pelotas. A própria riqueza da cidade do mesmo nome, assim como seu crescimento, deve-se a essa atividade. Tendo em vista o impacto que o polo charqueador pelotense representou para o Brasil no século XIX, torna-se evidente que a cidade de Pelotas desenvolveu-se lado a lado com a produção saladeiril.

Segundo Assumpção (1990, p. 30) Pelotas mantinha a primazia das exportações gaúchas, sendo a cidade mais rica da província, e as charqueadas foram consideradas as responsáveis por este desenvolvimento e riqueza. Conforme aponta Assumpção (1990, p. 30) em 1821, o charque passou a liderar a lista das

exportações gaúchas. Em 1861, a carne salgada era responsável por 37,7% das vendas e os couros por 37,2%. Desta forma, 74,9% das exportações da província eram representadas por produtos das charqueadas. A análise é cara para este estudo, tendo em vista que permite que possamos visualizar não apenas a importância do charque para a região sul do Brasil, mas também nos mostra que a expansão e a prosperidade de uma cidade ocorreu em decorrência do trabalho árduo, do suor e do sangue de escravizados.

A lucratividade advinda das atividades das charqueadas concentrava-se na mão da elite, dos homens brancos. Entretanto, a maior produção de carne seca era obtida, basicamente, pela mão-de-obra escravizada. Sendo assim, coube ao negro escravizado a manutenção dos estabelecimentos saladeiris. Maestri (1984, p. 54) afirma que foi a charqueada a responsável pela estruturação de um sólido regime social de produção escravista no Rio Grande do Sul:

Centrando parte significativa do esforço produtivo do pampa sobre os ombros do “negro”, teremos, a partir deste momento, uma classe de senhores de escravizados, vivendo do trabalho deste, acumulando riquezas, acumulando escravizados. (MAESTRI, 1984, p. 54)

É inadmissível abordarmos as charqueadas sem uma análise da relação entre os escravizados e a produção saladeiril. Nesse sentido, é de fundamental importância buscarmos compreender o papel dos de baixo, dos explorados, daqueles que foram os responsáveis por enriquecer seus senhores e levantar cidades. De acordo com Assumpção (1990, p. 29) no sul do Brasil, a presença do negro escravizado já era constatada nas bandeiras de aprisionamento, como a de Repouso Tavares, de 1635. Vale ressaltar que, apesar da significativa importância das charqueadas, sobretudo das localizadas junto ao arroio Pelotas, a escravidão estava também presente em outras diversas atividades, como na pecuária.

Farinatti (2006, p. 1) aponta que o papel da escravidão nas regiões de predominância da pecuária, apesar de ter sido ativo, não representa um dos temas mais trabalhados na historiografia brasileira:

Durante muito tempo a criação de gado foi vista como uma atividade que, na maior parte das vezes, não era responsável por gerar uma acumulação capaz de sustentar a inserção contínua de trabalhadores escravizados. (FARINATTI, 2006, p. 1)

Entretanto, de acordo Farinatti (2006, p. 1) nas últimas décadas, com a construção de estudos regionalizados e também com a utilização de fontes primárias significativas, como, por exemplo, os inventários *post mortem* e os mapeamentos de

população, estão surgindo trabalhos responsáveis por mostrar a importância das relações escravistas também na produção pecuária, sendo o Rio Grande do Sul uma das mais importantes zonas de criação de gado dos séculos XVIII e XIX.

Nesse sentido, conforme afirma Farinatti (2006, p. 2) se antes se pensava que as produções pecuárias eram formadas, principalmente, por peões livres e que a presença de escravizados estava voltada predominantemente às atividades domésticas, as obras produzidas entre as décadas de 1960 e 1980 contribuem para a construção de uma nova perspectiva, demonstrando que os escravizados compunham também de forma efetiva o contingente de mão-de-obra das estâncias, ao lado dos trabalhadores livres.

Estes novos estudos, segundo Farinatti (2006, p. 4) apontam a importância de escravizados tanto em lavouras de alimentos dentro das estâncias, como também na atuação voltada ao costeio do gado. Para realizar sua pesquisa, Farinatti analisa o município de Alegrete, no período de 1831 a 1850, utilizando, principalmente, os inventários *post-mortem*:

Nas duas décadas que nos interessam diretamente, a exportação de charque para outras províncias brasileiras era a principal atividade econômica da província. (FARINATTI, 2006, p. 4)

Neste trabalho, Farinatti (2006, p. 6) encontrou 74 processos referentes à titulares que possuíam bens rurais. Desses, 12 não possuíam qualquer escravizado. Os 62 restantes possuíam um total de 633 cativos, atingindo uma média de pouco mais de 10 escravizados por proprietário. Excedendo o período, Farinatti (2006, p. 16) também realizou um levantamento em 1858, constando dados que contribuem, mais uma vez, na argumentação a respeito da importância da escravidão nas regiões de predominância pecuária, neste levantamento aponta-se que em Alegrete havia 391 estâncias, com 124 capatazes empregados, 159 homens livres e 527 escravizados:

Esse número mostra o quanto o emprego de escravos na pecuária continuava sendo forte na região, mesmo quase uma década após o final do tráfico atlântico, em um período de rápida elevação dos preços dos cativos. (FARINATTI, 2006, p. 16)

Nesse sentido, percebe-se que escravizados também foram sujeitos de relevante importância nas atividades pecuárias do lado sul do Brasil, tendo em vista que a escravidão esteve presente na maioria dos estabelecimentos de criação de gado. Sendo assim, mais uma vez afirma-se a presença de sujeitos escravizados

nas mais diferentes áreas, exercendo múltiplas funções.

Zarth (2002, p. 105) contribui com a análise de Farinatti, de forma significativa, ao apontar que, por muito tempo, surgiu a tentativa de minimizar a presença dos africanos na formação social do Rio Grande. Um exemplo, de acordo com Zarth (2002, p. 108) foram os trabalhos de Fernando Henrique Cardoso que, ao contribuir para os estudos acerca das charqueadas, não levou em conta a concentração e atuação de escravizados exercendo outras atividades.

É inegável que a escravidão foi fundamental nas charqueadas, não há discordâncias a respeito disso, entretanto, conforme aponta Zarth (2002, p. 110) se havia escravizados também nas estâncias, quais suas atividades? O que faziam? Se não fossem importantes, por que os senhores gastariam recursos em suas compras? Para estudar a presença e a importância de escravizados nas estâncias, Zarth realiza uma análise a partir de inventários *post-mortem* e relatórios das câmaras municipais. Em sua análise, no que se refere às atividades dos escravizados no interior de uma estância, de acordo com Zarth (2002, p. 114) pode ser feita uma classificação em três categorias básicas: roceiros, campeiros e domésticos.

Foi encontrada a presença de escravizados nas estâncias em várias regiões e territórios, até mesmo em municípios da região missioneira. Conforme afirma Zarth (2002, p. 122) Cruz Alta, por exemplo, um município da região missioneira, também possuía a presença regular de escravizados nas estâncias, ocupando a quinta posição na província no que diz respeito à quantidade de escravizados:

Mas o que tem de mais significativo neste enorme município do século XIX é o fato de ali não existirem charqueadas. A economia da região assentava-se na pecuária e no extrativismo de erva-mate e, no entanto, a população escrava pode ser considerada significativa. (ZARTH, 2002, p. 122)

Nesse sentido, comprova-se o papel dos escravizados nas mais diferentes regiões, exercendo variadas funções. Segundo Zarth (2002, p. 125) é possível afirmar que os escravizados estavam inseridos em praticamente todas as atividades econômicas do país, revelando também a pluralidade no que se refere às suas relações econômicas e sociais. A escravidão estava difundida por toda a sociedade rio-grandense, em menor ou maior grau. (ZARTH, 2002, p. 125)

Voltando nossos olhares novamente para Pelotas, segundo as autoras (2012, p. 138) a cidade teve sua riqueza construída pelo braço de sujeitos escravizados, o que exigiu a importação de milhares de cativos. O autor Vargas (2011, p. 1) colabora

com esta concepção, ao afirmar que ao longo do século XIX, o município de Pelotas apresentou uma das maiores concentrações de escravizados do sul do Brasil, tendo nas charqueadas e no seu entorno o principal espaço de agrupamento de cativos.¹ Para o autor, o enorme fluxo de africanos para a localidade nas primeiras décadas dos oitocentos favoreceu este fenômeno. Esta análise é interessante, tendo em vista que:

Em 1814, Pelotas possuía 2.419 habitantes, dos quais 712 (30%) eram brancos, 105 (4%) eram indígenas, 1.226 (51%) eram cativos e 232 (10%) eram libertos. Em 1833, a população de Pelotas atingira 10.873 pessoas e o número de escravos acompanhou este crescimento, chegando a 5.623 cativos. Tratava-se de um aumento de 4,6 vezes em menos de 20 anos, o que também acabou contribuindo com a formação de alguns quilombos nos arredores do município. (VARGAS, 2011, p. 1)

É provável, conforme aponta Vargas (2011, p. 3) que na década de 1830, as charqueadas de Pelotas concentrassem entre 2.000 e 2.500 cativos distribuídos em mais de 30 estabelecimentos, muito próximos uns dos outros, ou seja, quase a metade da escravaria do município localizava-se nas charqueadas. A autora Ester Gutierrez contribui para esta discussão, ao também fazer um levantamento no que diz respeito à quantidade de negros escravizados trabalhando nas charqueadas na Pelotas do século XIX:

Implantado na margem direita do arroio Pelotas e esquerda do canal São Gonçalves, durante o século XIX o sítio charqueador pelotense teve uma população servil que oscilava entre 21 e 127 pessoas, numa média de 54 trabalhadores por fábrica. (GUTIERREZ, 2006, p. 253).

Segundo Gutierrez (2004) estes escravizados cumpriam as mais distintas tarefas, como tropeiros, graxeiros, cozinheiros, lavadeiros, alfaiates e carpinteiros. É interessante ressaltar que algumas delas eram muito especializadas, como as dos carneadores, salgadores, tanoeiros, graxeiros e sebeiros. Nesse sentido, percebe-se que os cativos eram utilizados em quase todas as funções das charqueadas.

De acordo com Gutierrez (2006, p. 235) além do número médio alto de escravizados por fábrica, a especialização da mão-de-obra alcançava mais de 70%. As mulheres atingiam um total de 16%, participavam das atividades domésticas ou de ofício. No total da escravaria, perto de 10% dedicava-se aos trabalhos domésticos ou de ofício. As crianças somavam 2%. Conforme afirma Gutierrez

¹ Caiuá Al-Alam é um historiador que também possui trabalhos significativos sobre a escravidão na cidade de Pelotas. Ler, por exemplo: AL-ALAM, Caiuá Cardoso. *A Negra força da Princesa: polícia, correção em Pelotas (1830-1857)*. Pelotas: Sebo Icário, 2008.

(2006, p. 255) além da maioria dos senhores não possuírem crianças escravizadas em seus estabelecimentos, quando havia, somavam no máximo dois pequenos cativos.

Apesar do número reduzido de mulheres e de crianças cativas, não é correto afirmarmos que no lado sul do Brasil os proprietários não apostavam na reprodução da escravaria, ou seja, que buscavam apenas investir na compra de escravizados novos e jovens do que na reprodução da mão-de-obra africana. Há autores que dedicam-se aos estudos acerca da presença da família escrava em todos os setores da economia gaúcha.

Pinto (2015, p. 2) ao estudar a existência e o processo de formação das famílias escravizadas na cidade de Pelotas, constatou experiências de parentesco e os laços familiares envolvendo escravizados no lado sul do Brasil. Tendo como enfoque a análise das escravarias da família de dois grandes charqueadores da cidade pelotense, o Comendador Boaventura Rodrigues Barcellos e o seu filho, o Dr Miguel Rodrigues Barcellos, Pinto (2015, p. 4) utilizou como fonte as alforrias registradas nos cartórios da cidade pelotense. Vale ressaltar que, neste documento, havia dados referentes à identificação do perfil dos alforriados, como sexo, cor, profissão, condição da manumissão.

Além disso, Pinto (2015, p. 5) fortaleceu a sua pesquisa, ao cruzar as informações das cartas de alforrias com os registros de batismos, casamentos e óbitos, ou seja, não se limitou aos dados referentes aos laços familiares presentes apenas nas cartas de liberdade, o que tornou o seu trabalho ainda mais rico. Desta forma, o estudo construído por Pinto permite uma pesquisa apurada no que diz respeito à compreensão dos laços familiares entre escravizados e escravizadas no lado sul do Brasil.

Conforme afirma Pinto (2015, p. 7) ao trabalhar com a escravaria deste proprietário, foi possível observar a atuação dos escravizados no que se refere à construção de suas redes familiares na sociedade escravista e, por meio das informações adquiridas, foi possível relatar as distintas relações familiares entre os escravizados.

É interessante apontar que, conforme aponta Pinto (2015, p. 12) os escravizados, por meio de suas estratégias, também procuraram estreitar laços de compadrio com pessoas livres, inclusive, com familiares de seus proprietários. O sobrenome Rodrigues Barcellos esteve presente quando o assunto refere-se ao

apadrinhamento de filhos de escravizadas. Dos vários exemplos que poderíamos citar, analisados por Pinto, focaremos na atuação do filho do comendador, o sujeito Miguel Rodrigues Barcellos, no que diz respeito a este apadrinhamento de crianças escravizadas:

No dia treze de junho do ano de 1833, em pleno inverno pelotense foram batizados os filhos das escravas do Comendador Boaventura Rodrigues Barcellos. O primeiro a receber os santos óleos foi o crioulo Emílio que nascera em dez de dezembro do ano de 1832, filho legítimo dos escravos Manuel e Delfina crioulos. Os padrinhos do Barcellos crioulinho foram os seguintes: Miguel Rodrigues e sua irmã Dona Josefa Eulália Barcellos. (PINTO, 2015, p. 12)

Percebe-se que os escravizados faziam tudo aquilo que estava aos seus alcances para gerar a possibilidade de uma vida melhor. De acordo com Pinto (2015, p. 14) quanto mais laços sociais construídos, ou quanto mais inseridos em redes familiares os escravizados estivessem, maiores eram as chances no que se refere ao alcance da liberdade. Nesse sentido, essas conexões por meio de laços de parentesco foram enxergadas como formas de conquistar vantagens para os grupos familiares.

Nesse sentido, os escravizados atuaram de forma ativa nas suas lutas e nos seus processos de resistência, ou seja, o cativo não foi capaz de imobilizá-los, tendo em vista que articularam-se de forma perspicaz com outros sujeitos históricos, muitas vezes visando novas perspectivas para suas vidas:

Seja ao estreitar laços de parentela com parentes de seus senhores, seja aparentando-se com cativos bem posicionados no interior das hierarquias das senzalas, os escravos moviam-se com o objetivo de sobreviver e quiçá tornarem-se homens livres do jugo do cativo imposto por outrem. Ou pelos menos projetavam a liberdade de um familiar como foi possível verificar nessas escravarias. (PINTO, 2015, p. 4)

A autora Guterres estuda a ocorrência de laços familiares envolvendo escravizados no sul do Brasil. Para além da comprovação no que diz respeito à existência da constituição de famílias escravas, aspecto que já analisamos por meio da ótima pesquisa de Pinto, de acordo com Guterres (2017, p. 2) outro debate significativo refere-se às discussões sobre as relações familiares estarem condicionadas aos tamanhos das propriedades. Nesse sentido, esta tese, principalmente utilizada por Robert Slenes, chegava à conclusão de que quanto maior o tamanho das posses de terras, mais fácil seria a formação da família, assim com mais fortes seriam suas relações:

Diante dessa tese, o autor lançou a hipótese de que, em outras regiões, como no sul do Brasil, onde as propriedades eram menos estáveis (por ser

tratarem de áreas, que em 1850 seriam grandes perdedoras de escravos no tráfico interno), havia a probabilidade de revelarem-se estruturas familiares mais fracas. (GUTERRES, 2017, p. 2)

Conforme afirma Guterres (2017, p. 4) em âmbito geral, pesquisas mostram que os escravizados de escravarias maiores possuíam maiores chances de casarem-se. Nesse sentido, em espaços marcados por plantéis miúdos, como é o caso de Santa Maria, local analisado pela autora, em meados dos oitocentos, espera-se a ausência, ou, pelo menos, a pouca ocorrência de casamentos. Entretanto, Guterres, ao utilizar registros de casamento e assentos batismais de escravizados, chegou a resultados interessantes:

Assim, desse montante parcial, considerando somente os assentos batismais, constatamos que os vinte e seis casamentos ocorreram entre escravos pertencentes a sete grandes plantéis (26,9%); cinco casamentos deram-se entre escravos pertencentes a médios plantéis (19,2%) e 14 casamentos entre cativos pertencentes a pequenos plantéis (53,8%). Reunindo estes 26 casamentos com os 25 antes apresentados, chegamos às seguintes constatações: do total de casamentos entre escravos (51), dezesseis deram-se com escravos pertencentes a grandes plantéis (31,4%); sete casamentos foram de escravos de médios (13,7%) e vinte e oito casamentos com escravos ligados a pequenos plantéis (54,9%). (GUTERRES, 2017, p. 6)

Nesse sentido, os dados analisados por Guterres (2017, p. 6) comprovam que o recurso ao casamento de escravizados não limitava-se apenas aos grandes plantéis, levando em conta o caso de Santa Maria, analisado pela autora. Na verdade, os números mostram até mesmo o contrário, tendo em vista que o maior número de escravizados casados foi proveniente de pequenas escravarias, ou seja, há, mais uma vez, a comprovação da formação da família escrava.

Este processo de análise é interessante, tendo em vista que, de acordo com Matheus (2011, p. 1) o entendimento da existência, da composição e função da família escrava tornou-se fundamental para o entendimento da escravidão e das formas como desenrolavam as relações sociais entre os diferentes sujeitos nela envolvidos:

Neste sentido, felizmente, não é mais preciso provar a existência e a importância da família em meio ao cativo, tendo se tornado lugar comum enfatizar sua ocorrência. (MATHEUS, 2011, p. 1)

Após analisarmos a formação da família escrava no sul do Brasil, torna-se interessante um estudo acerca do perfil dos escravizados no lado sul do Brasil e, mais precisamente, na cidade de Pelotas. Vargas (2019, p. 3) contribui de forma expressiva para este trabalho ao avaliar o perfil da escravaria pelotense. Para

analisar este perfil no período de montagem das charqueadas, o autor utiliza o mapa populacional da vila de 1833. De acordo com Vargas (2019, p. 3) um dos motivos pelos quais se utiliza esta fonte, diz respeito ao fato de nos arquivos públicos do Rio Grande do Sul não existirem listas nominativas de habitantes relativas à capitania/província, documentos importantes para o estudo da população e da estrutura produtiva local:

O mapa populacional de 1833 foi realizado pelo governo provincial e constitui-se num dos recenseamentos mais completos do município. Juntamente com os inventários *post-mortem* e os registos paroquiais de batismo, o mapa populacional pode ajudar nas pesquisas sobre a temática, pois traz a população dividida por distritos (com o número de fogos), idade, além de dados relativos à condição jurídica, cor, sexo e nacionalidade. (VARGAS, 2019, p. 3)

No que se refere aos dados adquiridos, temos números muito interessantes. Conforme aponta Vargas (2019, p. 3), quase 2/3 da população pelotense analisada no período não foi classificada como branca, tendo em vista que o mapa populacional indica que 36,1% dos 10.873 habitantes foram classificados como brancos, sendo provável que entre os mesmos estivessem alguns pardos livres e mestiços que podem ter ascendido socialmente. Destes, 50,2% eram pretos, 12% eram pardos e 1,7% foram classificados como “índios”:

Para os padrões do Rio Grande do Sul, tal índice é bastante impressionante. Pelotas era uma sociedade ainda jovem, pois havia sido elevada à condição de freguesia em 1812. Sua origem estava diretamente ligada ao surgimento das charqueadas escravistas e pode-se dizer que nesse período ela era uma cidade negra. (VARGAS, 2019, p. 4)

No que diz respeito à condição jurídica, segundo Vargas (2019, p. 4) 52% da população era escrava. De acordo com o autor, este dado mostra-se alto para uma localidade cuja produção estava voltada para o mercado interno. Ao comparar Pelotas com outras regiões de plantations do sudeste e do nordeste brasileiro, Vargas (2019, p. 4) também chega à conclusão, por meio de seus estudos, de que a presença de cativos era bastante alta.

Se não chegava ao percentual de 69,5% do município cafeeiro de Vassouras, em 1840, possuía índices próximos a outros importantes municípios agroexportadores, como os também cafeeiros Paraibunas (MG) e Areias (SP), que tinham, respectivamente, 52,5% e 45% de escravos da sua população total. (VARGAS, 2019, p. 4)

Para além da presença escrava, Vargas também possibilita uma análise acerca do percentual de homens e mulheres entre os cativos. Conforme afirma Vargas (2019, p. 5) um maior percentual de homens entre os cativos expressa a

importância do tráfico transatlântico para a sociedade. Esta ocorrência afeta a razão de sexo, ou seja, o número de homens a cada 100 mulheres, entre os escravizados do município:

Enquanto Pelotas apresentou um índice de 232, Campos teve 166, Iguape 156, Oeste paulista 189, Areias foi 221 e Paraibunas 229. Vassouras, entre 1831 e 1840, atingiu o índice mais próximo: 231. Ao contrário de outras atividades econômicas rurais, as charqueadas pelotenses não utilizavam mulheres escravizadas nas suas unidades de produção. São raríssimos os casos no qual trabalhadoras cativas foram localizadas trabalhando diretamente com a matança do gado e o preparo do charque. (VARGAS, 2019, p. 6)

No que se refere à idade dos escravizados, uma análise também significativa, segundo Vargas (2019, p. 6) tendo em vista que não foi discriminada em quais faixas etárias os crioulos e os africanos estavam distribuídos, não tornou-se possível verificar a quantidade de africanos em idade adulta:

A fonte possibilita cruzar a idade apenas com aqueles que eram escravos e as suas respectivas cores. No total, 80% da população escrava possuía entre 11 e 50 anos, sendo que destes, 71,5% eram homens e 28,5% mulheres (razão de sexo de 256 homens para cada 100 mulheres). (VARGAS, 2019, p. 6)

Após o processo de análise quantitativa, torna-se indispensável, também, buscarmos explorar a atividade saladeiril e o seu impacto econômico no lado sul do Brasil. Segundo Gutierrez (2006, p. 256), o núcleo charqueador pelotense foi um dos espaços de consolidação do sistema escravista no Rio Grande do Sul, palco da exploração violenta do trabalho servil. Com o trabalho de braços escravizados, era possível o abate de 1.200 animais em menos de 18 horas. Vale ressaltar que a média das matanças variava conforme as charqueadas.

Ao abordar o processo de trabalho nas charqueadas, faz-se necessário apontar a importância das sangrias. Conforme afirma Gutierrez (2006, p. 246) a sangria era indispensável, pois terminava de matar e também porque, sem isso, a carne cheirava mal e ficava com a cor feia. Essa sangria produzia perto de 12 a 13 kg de sangue por animal, com essa quantidade exorbitante, os trabalhadores servis ficavam cobertos de sangue.

No que diz respeito à produção do charque, segundo Maestri (1984, p. 68) as carnes, estendidas sobre os varais, demoravam de 5 a 6 dias para ficarem prontas. À noite, para que não fossem atingidas pela garoa, essas carnes eram empilhadas sobre os varais e recobertas. Sobre este processo, é interessante apontar que, de acordo com Gutierrez (2006, p. 249) Nicolau Dreys, viajante francês, em sua

passagem pelo Rio Grande do Sul, relatou que quando se receava alguma chuva inesperada, o som de uma campainha chamava para os varais de todos os negros do estabelecimento e, segundo o viajante, em um curto espaço de tempo estes trabalhadores guardavam as carnes, escondendo-as, fazendo com que não fossem atingidas pelas águas advindas do céu.

Segundo Maestri (1984, p. 68) O charque não constituía o único produto de uma charqueada, apesar de ser o mais famoso e o mais citado. O couro, por exemplo, era outra mercadoria de igual importância:

[...] após o couro ser retirado do tanque, era dobrado em dois, de tal forma que o pelo ficasse para o lado de fora; empilhado nas “barracas de couro”, recebia, como o charque, camadas de sal. Em 5 ou 6 dias, estavam prontos para ser transportados para os navios, onde eram novamente empilhados, e, novamente, recebiam novas camadas de sal. (MAESTRI, 1984, p. 68).

Gutierrez (2006, p. 250) concorda com a afirmação de Maestri no que diz respeito à importância econômica de outros produtos produzidos nos estabelecimentos, tendo em vista que a graxa e o couro representavam, para o charqueador, a metade do preço do animal. [...] De cada animal extraíam-se uma média aproximada de oito a doze quilos de gordura e de quatro a nove de sebo. A comercialização desses produtos era facilitada, mais uma vez, pela localização escolhida, que permitia uma praticidade no transporte. O couro, por exemplo, era vendido até mesmo para locais distantes, como Antuérpia, Havre e Inglaterra.

No que se refere à forma como o trabalho era realizado nas charqueadas, pode-se afirmar que a relação com o animal e, também, com o próprio mercado, mudou ao longo do tempo. Segundo Gutierrez (2006, p. 246) no começo das atividades, a cabeça, o tronco, as vísceras, os pulmões, os rins e os fígados ficavam jogados, ou seja, completamente abandonados. Nesse sentido, nota-se que nem todas as partes do boi eram aproveitadas.

Entretanto, conforme afirma Gutierrez (2006, p. 252) em algumas charqueadas de Pelotas, Louis Couty, viajante francês, passou a registrar aproveitamentos, ou seja, houve uma mudança, tendo em vista que muitas partes que eram vistas como inúteis para o mercado, passaram a ser desfrutadas.

Com as patas, elaboravam um óleo chamado de “mocotó”. Em um dos estabelecimentos anotou uma fábrica de conservas de línguas. Por toda a parte verificou que os chifres eram tratados e vendidos da mesma forma. O invólucro córneo externo, mais valorizado, facilmente retirado de seu conteúdo ósseo, frequentemente acompanhava a venda dos couros. (GUTIERREZ, 2006, p. 252)

Maestri também analisou um intenso aproveitamento com o passar do tempo e das experiências adquiridas nas charqueadas, e chamou esse processo de revolução técnico-produtiva. A cinza, por exemplo, tornou-se um subproduto comumente vendido. De acordo com Maestri (1984, p. 68) a cinza era produzida pela combustão dos ossos dos animais que eram queimados nas caldeiras das “graxeiras” e, depois de guardada, era vendida na Europa como adubo.

Além de uma nova forma de utilizar o mercado, aproveitando partes do animal que antes eram vistas como inúteis, também houve um desenvolvimento das técnicas. Conforme afirma Gutierrez (2006, p. 250) com o passar das décadas, Couty descreveu um processo mais complexo para a elaboração de gorduras:

Reconheceu que a preparação das gorduras em Pelotas era mais completa e mais perfeita que no Uruguai e na Argentina. A graxa era feita em cubas – algumas chegavam a atingir quatro a cinco metros de altura – nas quais eram lançados os ossos, cabeças, encéfalos, estômagos, corações e cercas vísceras de 150 a 200 animais. O cozimento era feito a vapor de pressão, durante um período que variava de 36 a 50 horas. (GUTIERREZ, 2006, p. 250).

No que diz respeito ao charque produzido em Pelotas, conforme aponta Vargas (2011, p. 1) o alimento era destinado à alimentação das camadas sociais mais baixas, sobretudo as que residiam na Corte e nas plantations escravistas. Nesse sentido, de acordo com João Fragoso (1998, p. 180) as plantations escravistas representavam o principal centro no que diz respeito à demanda de alimentos. Isso é evidenciado, considerando que, por volta de 1830, cerca de um quarto das despesas das grandes plantações cafeicultoras do vale do Paraíba do Sul consistia em gêneros para os trabalhadores escravizados.

Tendo em vista tal importância dada ao charque, de acordo com Vargas (2011, p. 1) ao longo de todo o século XIX, a carne-seca foi a mercadoria considerada carro-chefe da economia sul-rio-grandense e permaneceu no topo das exportações provinciais. De acordo com Gabriel Berute (2006, p. 50) o ápice do desembarque de escravizados no Rio Grande ocorria no verão, seguido da primavera, ou seja, exatamente na época em que se iniciava a matança de gado nas charqueadas, o que comprova a importância destes estabelecimentos no que diz respeito à estruturação econômica do sul do Brasil.

A partir do momento que se percebe a relevância das charqueadas para o desenvolvimento econômico de uma localidade, é possível compreender a influência que os charqueadores ocupavam na sociedade. Vargas (2011, p. 2) em sua

pesquisa sobre os charqueadores de Pelotas, afirma que ao lado dos comerciantes de Rio Grande, de Porto Alegre e dos estancieiros da região da campanha, os charqueadores ocupavam o topo da hierarquia socioeconômica da Província. Este é o caso de José Gonçalves Chaves, o objeto de estudo deste trabalho. Se charqueadores e estancieiros pecuaristas estavam dividindo o topo da hierarquia social, o mesmo não acontecia no que diz respeito ao número de escravizados e à quantidade de dinheiro, tendo em vista que:

Os charqueadores eram os maiores escravistas da região, pois possuíam um plantel muito superior ao dos criadores de gado, sendo que os maiores proprietários possuíam mais de 150 cativos. Soma-se a isto o fato de que suas fortunas também possuíam um montante muito maior que aqueles. (VARGAS, 2011, p. 2).

Ao construirmos um estudo sobre as charqueadas, torna-se imprescindível analisarmos, também, a questão social. Nesse sentido, é de suma importância compreendermos o trabalho construído nas charqueadas e a condição de vida dos trabalhadores escravizados. Para que seja possível realizar uma análise sobre o cotidiano no ambiente das charqueadas, de acordo com Loner, Gill e Scheer (2012, p. 140) é preciso explicar a singularidade de sua safra.

Segundo Loner, Gill e Scheer (2012, p. 140) normalmente a produção ocorria entre os meses de novembro a maio. Os trabalhos começavam no meio da primavera, quando o gado ainda se recuperava do emagrecimento do inverno, o abate terminava no final do outono, e o charque, produzido ao longo de um ano, só era comercializado no seguinte. Este ciclo de trabalho ocorria por conta do clima, assim como pelo curso natural das pastagens e da engorda do boi no pasto.

Apesar de os meses de maior trabalho ser os do verão, de dezembro a março, algumas tropas ainda continuavam a ser comercializadas até maio. Nesse sentido, nos últimos dois meses de outono, os escravizados trabalhavam em péssimas condições, sob baixas temperaturas e à beira d'água, passando por problemas que prejudicavam drasticamente suas saúdes. É interessante notarmos que, apesar do trabalho ser excessivo para todos os ofícios, alguns eram mais prejudicados, tendo em vista que:

No caso dos carneadores, a situação era agravada pelo corpo molhado pelo sangue dos animais, coagulado sobre a pele, enquanto suas tarefas eram inteiramente realizadas de joelhos, posição que forçava seus corpos. (LONER; GILL; SCHEER, 2012, p. 140).

Tendo em vista a quantidade volumosa de escravizados vivendo nos mesmos

estabelecimentos e às suas condições de trabalho e de saúde, surgiram análises que aproximaram e, até mesmo, compararam, a situação nociva e insalubre dos negros escravizados com a dos presídios. De acordo com Gutierrez (2006, p. 253) Dreys, no fim de seu texto, concluiu que uma charqueada bem administrada confundia-se com um estabelecimento penitenciário:

Além de toda a rudeza do trabalho e do tratamento dado à população servil, do mau cheiro continuamente reinante nos períodos de safras, da sujeira e da presença de feras e animais peçonhentos e pestilentos, o espaço interno da produção do charque acompanhava o quadro macabro, tétrico, fétido e pestífero que dominava o seu meio ambiente. (GUTIERREZ, 2006, p. 253).

Escravizados trabalhavam, comiam e dormiam nas charqueadas, em meio a estes espaços repugnantes. Muitos cativos passavam suas vidas inteiras nestes ambientes insalubres, sem conhecer uma realidade diferente. Estabelecimentos marcados pelo odor, pela paisagem imunda e por abutres sobrevoando as vísceras de animais mortos. Este parece um cenário de filme de terror, mas é somente o local ocupado por escravizados na Pelotas do século XIX.

No que diz respeito ainda às condições de vida dos escravizados, é possível apontar que não eram apenas as questões climáticas e laborais que tornavam extremamente precária a vida destes sujeitos, tendo em vista que os castigos físicos eram presentes e comuns no ambiente das charqueadas. Conforme apontam Loner, Gill e Scheer (2012, p. 142) o fato de haver a concentração de uma população escravizada profundamente numerosa, armada com facões e instrumentos cortantes, além dos momentos de tensão devido à quantidade excessiva de trabalho, fazia com que os senhores utilizassem como justificativa um processo de vigilância armada e de disciplina forte.²

O duro tratamento recebido e as péssimas condições de vida de uma forma ampla acarretaram na construção de um sentimento de repulsa por parte dos escravizados, pois, conforme apontam Loner, Gill e Scheer (2012, p. 142) o grande número de fugas do território das charqueadas justamente nos meses do verão demonstra que, na cabeça dos cativos, nem o medo do castigo poderia ser pior do que continuar trabalhando naquelas condições.

² A historiadora Natália Pinto, por meio de seus trabalhos, trouxe grandes contribuições sobre a escravidão e a relação entre senhor e escravizado no Rio Grande do Sul. Ler, por exemplo: PINTO, Natália Garcia. **A benção compadre**: experiências de parentesco, escravidão e liberdade em Pelotas, 1830/1850. Dissertação. Programa de Pós-Graduação em História da Universidade do Vale do Rio dos Sinos. São Leopoldo, 2012.

De acordo com Vargas (2013, p. 255) se analisarmos as queixas dos escravizados, é possível percebermos que os motivos dos conflitos entre capatazes e escravizados decorriam dos inumeráveis castigos aplicados não apenas para corrigir a sua má conduta ou as falhas decorrentes de seus serviços na charqueada. Faltas e erros pequenos poderiam gerar castigos severos e a violência era cometida na frente de todos, para dar exemplo aos demais.

Torna-se imprescindível ressaltar que, apesar de ser extremamente comum a utilização de castigos e métodos violentos nas charqueadas, os escravizados resistiam. A escravidão é uma instituição em que os escravizados estavam o tempo todo negociando com o sistema, é uma negociação desigual, onde na maior parte das vezes os senhores venciam, entretanto, os escravizados continuavam forçando o sistema para garantir algum tipo de ganho no seu cotidiano.

João José Reis e Eduardo Silva (1989, p. 14) analisam o escravizado enquanto sujeito, como parte ativa da sociedade, observando as suas relações com seus senhores. Nesse sentido, não devemos observar os escravizados apenas como vítimas, mas também como agentes históricos tentando melhorar suas condições de existência. Muitas vezes estes indivíduos faziam questão de mostrar isso para seus senhores, através de reivindicações por melhorias, buscando transformar o regime que os oprimia.

Essa relação entre senhor e escravizado pode ser analisada de forma muito clara em diversos estudos e pesquisas sobre a instituição escrava e, neste trabalho, mais precisamente sobre as charqueadas. Ester Gutierrez, ao estudar as charqueadas, observou que muitos proprietários possuíam marinheiros, fato que possibilitava a presença de escravizados fora dos territórios e estabelecimentos:

Longe das propriedades, com menor vigilância, o vai-e-vem nas águas facilitou a resistência ao cativo. As viagens propiciaram o sequestro, o assassinato, o estupro, de senhores, de feitores, de capitães, de senhoras e de senhorinhas por marujos escravizados. (GUTIERREZ, 2002, p. 236).

Vargas (2013, p. 254) encontrou numerosos casos de escravizados trabalhadores de charqueadas que assassinaram capatazes. Os diversos episódios apresentam acontecimentos e motivações plurais, entretanto, também surgem aspectos comuns. Em muitos casos, é possível perceber que o escravizado cometia o assassinato motivado por um sentimento de vingança, tendo em vista a quantidade de abusos que sofria ao longo de sua vida. Vargas, ao pesquisar um Processo-crime do ano de 1873, encontrou um episódio que demonstra esta

relação:

Em dezembro de 1873, o capataz João Paredes Villar, depois de desferir “bordoada” e castigar o escravo Feliciano, 22 anos e servente de charqueada de Joaquim José de Assumpção, foi assassinado pelo mesmo cativo que usava uma faca.³

Nesse sentido, o ambiente das charqueadas foi um espaço marcado por tensões. Dependendo da estratégia adotada pelo senhor para administrar sua escravaria, os conflitos poderiam gerar o medo de ambas as partes e, até mesmo, mortes, como o episódio apresentado acima demonstra. É de extrema relevância nos atentarmos para este aspecto, tendo em vista que não pesquisaremos um abolicionista qualquer, mas sim um senhor de escravizados. Desse modo, será essencial um processo de análise que evidencie as relações construídas dentro dos estabelecimentos de Gonçalves Chaves.

³ Processo-crime n. 965, Tribunal do Júri, Pelotas, 1873 (APERS).

2. Gonçalves Chaves e sua obra sobre escravidão

2.1 Concepções e práticas de José Gonçalves Chaves: as incoerências de um charqueador abolicionista no Sul do Brasil

Após um processo de contextualização das charqueadas localizadas no sul do Brasil, demonstrando sua forma de organização, importância e também a relação entre senhor e escravizado dentro do ambiente charqueador, buscaremos compreender a forma como um renomado político de Pelotas analisava a escravidão, assim como o modo que este sujeito atuava na relação senhor-escravizado.

De acordo com Barreto (1973, p. 336) Antônio José Gonçalves Chaves nasceu na vila de Chaves, no último quartel do século XVIII, em Trás-os-Montes, Portugal. Conforme aponta Vargas (2011, p. 6) estima-se que tenha chegado ao Brasil em 1805, vindo a estabelecer-se no porto de Rio Grande, onde trabalhou inicialmente como caixeiro. Conforme afirma Leme (2018, p. 58) esta época representava um momento em que os comerciantes portugueses traziam, para o solo brasileiro, jovens meninos nascidos em Portugal, com o objetivo de aprenderem atividades comerciais e, além disso, para trabalharem nas lojas, sem salário, com a alimentação paga por estes proprietários.

É interessante notarmos que Chaves chegou ao território brasileiro em um momento próspero para o comércio de alguns produtos tradicionais do Sul do Brasil e que, por meio de suas atividades e da construção de suas relações, ascendeu economicamente e socialmente. De acordo com Vargas:

Gonçalves Chaves desembarcou num momento favorável para os negócios do charque e dos couros com o Rio de Janeiro, Bahia e Pernambuco, Chaves aparentou-se por meio do matrimônio e do compadrio com as principais famílias da localidade, vindo a tornar-se um dos comerciantes-charqueadores mais respeitados da região. (VARGAS, 2011, p. 6)

Segundo Franco (2004, p. 17), na época da viagem de Saint-Hilaire à província, entre agosto e setembro de 1820, o botânico francês relatou que Chaves possuía casa na cidade do Rio Grande e charqueada junto ao rio Pelotas, onde também tinha residência e que, além disso, o charqueador era considerado um dos “iniciadores” da vila de Pelotas. Ademais, Saint-Hilaire (1974, p. 67) que se hospedara nas propriedades de Chaves, proferiu elogios ao português, reputando-o como um homem culto.

Chaves realmente investia seu tempo nos estudos, tendo em vista que compreendia latim, francês, dispunha de uma significativa biblioteca e, além disso, escreveu e publicou obras sobre questões referentes à administração pública do Brasil. Conforme aponta Vargas (2011, p. 7) os conhecimentos de Chaves, ou seja, suas concepções, seus pensamentos e opiniões sobre política e economia foram transpostos para o papel entre os anos de 1817 e 1822, sendo impressos em um único volume.

Leme (2018, p. 59) afirma que na primeira memória, Chaves escreve sobre os “capitães gerais”, apontando que estes deveriam ser abolidos. Na segunda, trata-se das “Municipalidades, compreendendo a união do Brasil com Portugal”. A terceira memória, “Escravidura”, foi redigida em 1817, e estes escritos foram enviados a um “amigo” que, mudando-se para o Rio de Janeiro, prometeu remetê-las para um jornal inglês, entretanto, seu autor não teve mais notícia do seu paradeiro. A quarta e a quinta memórias foram escritas sobre a questão das terras no Brasil e sobre a situação socioeconômica do Rio Grande de São Pedro.

Considerando o nosso objetivo de analisar a visão de Chaves no que se refere ao sistema escravista, focaremos, neste capítulo, na sua terceira memória, tendo em vista que esta é dedicada exclusivamente à escravidão. De acordo com Vargas (2011, p. 7) Gonçalves Chaves procurou defender a extinção do comércio de escravizados para o Brasil a partir das novas ideias da economia política. Conforme já foi apontado, a terceira memória foi escrita no ano de 1817, algo muito interessante, tendo em vista que foi uma das primeiras manifestações redigidas e publicadas no Brasil contra a instituição escravista. A obra de Gonçalves Chaves é contemporânea da *Memória contra o Tráfico*, de J.S Maciel da Costa (1821) e da *Representação à Assembleia Constituinte e Legislativa*, de José Bonifácio.

Chaves a partir do seu conhecimento e do seu gosto pelas questões da administração, passou a ser visto como apto para a vida pública e, nesse sentido, tornou-se um político influente. Segundo Vargas (2013, p. 435) desde o momento do surgimento da Câmara de Pelotas, no ano de 1832 e da criação da Assembleia Legislativa Provincial, charqueadores estiveram presentes na ocupação dos cargos. Antônio José Gonçalves Chaves tornou-se membro do primeiro Conselho General da Província, instalado em dezembro de 1828, em 1832, ao instalar-se a primeira câmara municipal, Chaves integrou-a como vereador.

De acordo com Leme (2018, p. 61) cento e trinta e dois sufrágios de eleitores

de segundo grau levaram-no em 1835, à Assembleia Legislativa do Rio Grande do Sul, onde teve relevante papel de atuação. É interessante apontar que o charqueador, além da sua grande influência política, contribuiu financeiramente com o governo central. Nesse sentido, percebemos o poder acumulado nas mãos do estancieiro, um sujeito que não possuía apenas poder econômico, mas que também tinha a possibilidade de expressar suas ideias e concepções em projetos políticos.

Conforme aponta Vargas (2011, p. 10) Gonçalves Chaves era mais um entre os muitos membros das elites brasileiras interessados nas teses da economia política. O charqueador buscou adaptar as teses às peculiaridades brasileiras e procurou aplicá-las em seus estabelecimentos, com uma severa disciplina. Entretanto, Chaves considerava uma tarefa árdua, tendo em vista que, na sua opinião, a utilização do trabalho escravizado impossibilitava o emprego de uma racionalidade econômica.

Gonçalves Chaves, em seu discurso, escrito em 1817 já demonstrava os terríveis inconvenientes do sistema escravista e apontava a necessidade absoluta que existia de vedar a introdução de mais escravizados no Brasil. Chaves (1978, p. 58) em seu Artigo I, intitulado *Origem, progressos e estado da escravatura na América*, aponta que a emancipação dos livres é precursora da liberdade dos cativos. O charqueador utiliza exemplos para ilustrar a necessidade da abolição e afirma que a manutenção do sistema escravista no Brasil interessava somente ao governo de Portugal, pois, para o Brasil, representava algo ruinoso. Conforme aponta Chaves:

Ressoa o grito da liberdade dos homens livres no Norte América, proclama-se imediatamente a liberdade dos cativos do Norte América; forcejam os americanos espanhóis pela sua independência e em todas as partes que se trata disso é igualmente proclamada a liberdade dos cativos. É unicamente o Brasil, aonde sendo tão favoráveis as circunstâncias a respeito dos homens livres, são tão desfavoráveis a respeito dos cativos que parece ter-se-lhes decretado sua escravidão eterna, ao mesmo tempo em que a experiência dá repetidos sinais da necessidade de sua abolição. (CHAVES, 1978, p. 59)

No Artigo II, Gonçalves Chaves (1978, p. 59), ao dar um dos motivos para acabar com a escravidão, afirma que a escravatura é inconciliável com a economia política moderna e é já demasiada no Brasil, que não pode com ela melhorar a sua constituição política. Chaves comprometeu-se a combater a escravidão no Brasil, apontando que a escravatura servia como uma barreira para o aperfeiçoamento da população brasileira.

O charqueador, ao utilizar o pensamento de economistas liberais em sua obra, aborda, ainda no segundo artigo, sobre a questão econômica da escravidão. Chaves (1978, p. 60) afirma que o escravizado, por não receber um prêmio pelo seu trabalho, como um retorno financeiro, interessava-se apenas em consumir e não em trabalhar. Com o sistema escravista, seria impossível a prosperidade da agricultura e, até mesmo, o nascimento da indústria.

É interessante notarmos que, ao apontar as desvantagens das relações escravistas para o desenvolvimento econômico do país, Chaves traz uma reflexão no que diz respeito às consequências da substituição do trabalho escravizado:

Mais de duzentas embarcações, equipadas dos melhores marinheiros dão entrada nos diferentes portos do Brasil anualmente, carregadas destas desgraçadas vítimas; e se calcularmos bem a grande porção de cultivadores dos gêneros que trocamos por eles, construtores e outros artistas que podiam operar trabalho muito mais útil e adequado às nossas circunstâncias, concluiremos sem hesitar que este comércio é para nós antes prejudicial do que útil. (CHAVES, 1978, p.61).

Em seu artigo III, intitulado *A escravatura opõe-se à Constituição*, Antônio José Gonçalves Chaves (1978, p. 63) expõe a impossibilidade de haver uma Constituição caso o sistema escravista continuasse existindo. A Constituição possuía a função de estabelecer a unidade e a prosperidade das nações e, com a existência da escravidão, seria construído, no máximo, uma ilusão. É interessante notarmos que Chaves, mesmo ao apontar a necessidade de o Brasil realizar sacrifícios para continuar em amizade com Portugal, pois, deste modo, ocorreria, como consequência, a obtenção de muita fortuna e grandeza, ainda assim aborda que seria de maior necessidade acabar com o tráfico da escravatura pela via mais compatível com as circunstâncias.

No artigo IV, denominado *A proibição do comércio da escravatura não ofende o direito de propriedade pública ou particular*, Chaves (1978, p. 64) busca afirmar que a introdução dos escravizados no território brasileiro não ofendia a propriedade particular, nem a pública e que seria muito fácil para o negociante mudar de mercadorias. Tanto o empreendedor viajante, como também o lavrador de plantação, substituiriam as suas atividades econômicas por outras muito mais lucrativas. Além de gerarem mais dinheiro para os empreendedores, os novos investimentos seriam mais dignos e mais próprios ao bem do Estado, a religião e da moral.

O artigo V é utilizado por Chaves para abordar a incompatibilidade do sistema

de escravidão com a moral e a força do Estado. Segundo Chaves (1978, p. 66) a prosperidade nacional se opõe ao sistema da escravatura, entretanto, a civilização e a moral não representavam bases menos ofendidas. Este artigo permite analisarmos de forma muito clara as contradições do charqueador, escravista e abolicionista.

Gonçalves Chaves, para elucidar seus argumentos no que diz respeito à civilização e a moral, aponta a existência de castigos praticados contra crianças escravizadas e afirma que o modo de tratamento empregado desumanizava os cativos:

Um menino é desde seus primeiros dias acostumado a horrorosos castigos feitos aos escravos (com que se encaminha à ferocidade) e palavras pouco edificantes das suas famílias para com seus domésticos: estas são as impressões que para sempre se lhe arraigam na alma e é não só rara, mas quase impossível, a boa educação. (CHAVES, 1978, p. 66).

Este artigo é um dos mais importantes para compreendermos o pensamento de Chaves, visto que o charqueador trabalha em sua obra a questão dos maus-tratos, entretanto, praticava os mesmos castigos que tanto aborda. Chaves governava sua escravaria com mãos de ferro, sem preocupar-se com um melhor tratamento dos seus cativos. É interessante notarmos que, conforme aponta Vargas (2013, p. 264) a interpretação de mundo e o modelo de negócios que Gonçalves Chaves possuía influenciavam na forma como ele administrava sua escravaria.

Após a eclosão da Guerra Civil Farroupilha, no ano de 1835, Chaves migrou com a sua família para a cidade de Montevideu. Tendo em vista que ficou ao lado dos rebeldes, preferiu retirar-se do país para manter seus negócios no país vizinho. Em Montevideu surge um exemplo claro da forma de tratamento executada pelo charqueador. De acordo com Vargas (2013, p. 264), Chaves alugou 30 de seus escravizados para Francisco Nieto, um saladeirista uruguaio. Após o término do contrato, os escravizados não quiseram retornar para a escravaria de Chaves, buscando permanecer sob as ordens do uruguaio. É interessante apontar que os escravizados fizeram o que estava ao seu alcance para livrarem-se de Chaves, os cativos pressionaram o saladeirista e, em outubro de 1837, Nieto comunicou ao alcaide ordinário de Montevideu:

Havendo contratado em meu Saladeiro, pelo tempo de cinco meses, trinta escravos do Sr. Chaves, estes infelizes adquiriram por mim um certo carinho, talvez consequência dos bons tratos que lhes dispensei e, ao devolvê-los a seu Amo ao final deste tempo, alguns deles me suplicaram que os comprasse; porém, crendo que eles não pudessem ser vendidos, me neguei às suas reiteradas e comoventes solicitações. Sem mais, Sr. Alcaide, se passou desde então; no entanto, não há uma única semana na

qual alguns deles não venham à minha casa, movidos pelo mesmo intento; acrescenta-se a isto, todavia, as crueldades de que eram vítimas em seus sofrimentos, não somente pelos castigos que devem infligir-lhes, como também pelo incessante trabalho; e contrariando a disposição de nossas leis, não têm eles um momento próprio, nem mesmo o Domingo – diziam alguns, acrescentando que à noite, os encerravam à chave, o que se há provado pelas circunstâncias de suas fugas, e, para dar a última mão a este quadro, asseguravam que seu Senhor os obriga a se converterem em verdugos de seus próprios irmãos, seus companheiros de desgraça, açoitando-se reciprocamente quando lhes cabia o castigo, até o enterro, pois que, nos últimos dias, deram quatrocentos açoites em um companheiro, deixando-o por morto. (MONQUELAT, 2010, p. 32-33)

Embora não tenha como saber se Nieto estava exagerando nas denúncias, de acordo com Vargas (2013, p. 265) tendo em vista que houveram outros casos, Chaves era, sim, um mau senhor para os seus escravizados, ao contrário do senhor uruguaio. Um destes outros acontecimentos encontrados por Vargas ocorreu no mês de outubro do ano de 1821 e o episódio retrata de forma clara que o ponto de vista de Nieto estava correto.

Neste ano, o escravizado Chico campista, sujeito que trabalhava na charqueada de Chaves, foi condenado à prisão por ter assassinado com uma facada o capataz do estabelecimento. É interessante notarmos que a justificativa de Chico girou em torno do tratamento que o capataz lhe aplicava. De acordo com o escravizado, o capataz lhe xingou pelo fato de, ao estender o charque, encostar as pontas no chão. Chico buscou demonstrar que o motivo que gerou o impasse não estava ao seu alcance, tendo em vista que o varal era muito baixo, ou seja, era impossível evitar que ocorresse. Nesse sentido, o capataz lhe bateu com um chicote e o escravizado revidou com a utilização de uma faca.

Conforme analisado por Vargas (2013, p. 365) o réu mencionou também que além da forma como o capataz lhe tratou após o episódio com o charque, houveram excessos cometidos pelo capataz no que diz respeito ao trabalho, visto que Chico teve que estender mantas de charque sozinho, quando o correto seria trabalhar em dupla. Entretanto, a principal reclamação do escravizado foi de que todo o acontecimento ocorreu num domingo, ou seja, no dia que os cativos deveriam ter o seu descanso.

A partir deste caso, é possível percebermos semelhanças no que foi exposto por Nieto, ou seja, trabalho excessivo, não existência da utilização do domingo como um dia de descanso e a execução de castigos desmedidos eram características da forma rígida que Chaves administrava sua escravaria. Nesse sentido, comprova-se

que os escravizados não mentiram e que os maus-tratos não representavam casos isolados.

É interessante notarmos que na própria obra escrita por Chaves, ou seja, em suas memórias, é demonstrada a forma como o charqueador percebe a escravidão, enxerga os escravizados e administra suas escravarias. Chaves, no seu tópico *observações gerais*, com o intuito de mostrar os impasses acarretados pelo sistema escravista, deixa clara a forma como vê o cativo:

Veja-se o que foi a antiga Roma, Esparta e outras nações sob o sistema de escravatura: sempre bárbaras; veja-se hoje ainda quanto diversificam esses bárbaros que bordam o Mediterrâneo do grande povo europeu em civilização, moral e política: quanto dano fazem à Europa inteira com o seu terrível sistema de escravidão, precursor de suas piratarias, sem que para si colham algum bem. Eles persistem como os embriagados de bebidas espirituosas, que quanto mais bebem, mais perdem a razão, e quanto mais perdem a razão, mais bebem. (CHAVES, 1978, p. 67).

A forma como Chaves analisava o escravizado não foi própria, tendo em vista que este pensamento foi propagado por muito tempo na historiografia. Muitos historiadores enxergavam os escravizados com forte grau de animalidade, considerando que o sistema escravista era tão rigoroso que retirava toda a condição de humanização do indivíduo. Esta visão foi mudando ao longo das décadas e foi principalmente nos anos oitenta do século XX que houve uma virada de chave no que diz respeito à forma como o escravizado era enxergado, tendo em vista que os historiadores da nova história social começaram a estudar a escravidão como uma instituição em que os escravizados lutavam e resistiam.

No que se refere à forma de tratamento aplicada nas escravarias, Chaves admite as práticas de castigo e aponta que a quantidade excessiva de escravizados era responsável pela forma como os senhores tratavam os cativos. Para Chaves, o número exorbitante de escravizados não tornava possível que os escravizados fossem tratados como mereciam:

Concedamos, sim, que nós tratamos mal os escravos; mas tanto não cremos que isso seja devido a nosso caráter nacional que não admitimos que fossem tratados por outra qualquer nação que estivesse em nossas circunstâncias. [...] Vovemos, pois, a dizer, que o número de nossos escravos é excessivo e que enquanto não melhorarmos em proporção de forças físicas, não podem nossas leis outorgar-lhes as beneficências que sua desgraçada condição tão imperiosamente reclama. (CHAVES, 1978, p. 71).

Nesse sentido, torna-se claro que Chaves não nega a forma hostil como administrava suas escravarias, tendo em vista que em nenhum momento o senhor negou a violência que impunha aos seus escravizados. Chaves buscou, em seus

relatos, construir uma justificativa que tornasse a repressão e os castigos aceitáveis. Para o charqueador, a relação bruta e agressiva existente nas charqueadas ocorria em razão da existência do sistema escravista, e não por crueldade ou perversidade do senhor para com o seu escravizado.

2.2 Homogeneidade ou heterogeneidade nas formas de relação entre senhor-escravizado?

É necessário ressaltar que, diferente do que Chaves aponta, nem todos os senhores administravam suas escravarias da mesma forma, utilizando os mesmos meios e possuindo os mesmos objetivos. A relação entre senhor e escravizado era extremamente complexa e poderia diversificar-se muito de estabelecimento para estabelecimento. Para compreendermos esta heterogeneidade no que diz respeito às relações ocorridas no sistema escravista, é imprescindível apontarmos a importância dos escravizados para este processo.

Conforme apontam João José Reis e Eduardo Silva (1989, p. 16) a resistência, diferente do que foi propagado por muito tempo, não se limitava à fuga, à formação de quilombos e ao ato de assassinar o senhor, estes casos representavam uma minoria, os escravizados negociaram mais do que lutaram abertamente contra o sistema e foi esta luta, fundamentada na resistência, que proporcionou as diversas relações construídas nos estabelecimentos.

De acordo com João José Reis e Eduardo Silva (1989, p. 28) alguns senhores sabiam da importância de não atuar somente com base na força, pois enxergavam o papel da ideologia no processo de manutenção da ordem escravista. Medidas que promoviam divertimentos entre os escravizados não eram incomuns e, além disso, haviam casos onde a relação entre senhor e escravizado era tão bem negociada por parte dos cativos, que estes conseguiam impor suas vontades e seus interesses de forma máxima. Alguns trabalhavam cerca de 5 horas diárias e, além da carga horária, criticavam sua alimentação. Nesse sentido, anula-se o argumento de Chaves, pois, nem todos os estabelecimentos dentro do sistema escravista eram administrados com base somente na repressão, na força e na violência. Alguns senhores conseguiam conduzir suas atividades a partir de negociações com seus escravizados.

Conforme aponta Vargas (2011, p. 2) é perceptível que Antônio José

Gonçalves Chaves governava sua escravaria de forma rígida e violenta, sem preocupar-se com um melhor tratamento. Nesse sentido, tendo em vista sua posição como senhor e a forma como lidava com seus escravizados, é necessário nos perguntarmos o motivo deste poderoso charqueador ser abolicionista. O que levou Gonçalves Chaves a buscar o fim da escravidão?

3. Abolicionismo no atlântico revolucionário: uma análise da forma como as concepções de Antônio José Gonçalves Chaves enquadram-se em diferentes contextos e influências anti-escravistas

Antônio José Gonçalves Chaves foi um político, escritor, comerciante e senhor de escravizados muito influente no Brasil oitocentista. Todo o poder e o prestígio que adquiriu, somado às suas aspirações no que diz respeito à elaboração de outra forma de organização política-administrativa para o Brasil, fez com que o acesso às literaturas abolicionistas de diferentes lugares ao redor do mundo representasse apenas uma consequência na sua vida.

No seu livro *Memórias econômico-políticas da administração pública*, Chaves, ao abordar as estruturas políticas do Estado, faz referência, em diferentes momentos, a países e colônias, como Estados Unidos, Portugal, colônias espanholas, dentre outros. Para além do status social e da posição que ocupava na sociedade brasileira, que garantiram o privilégio de ser um letrado, culto e pensador, o fato de Chaves se propor a escrever um livro e apontar nos seus escritos, enfaticamente, ser favorável à abolição da escravidão, proporcionou o contato do charqueador com as mais diversas influências abolicionistas.

Vale ressaltar que a terceira memória de seu livro, intitulada “Escravatura”, foi redigida em 1817. Nesse sentido, tendo em vista que estamos falando de um senhor de escravizados do lado sul do Brasil, propagando o abolicionismo na segunda década do século XIX e apontando as mazelas ocasionadas pela escravidão, há a necessidade de buscarmos compreender quais referências foram visitadas para a construção do seu pensamento.

Essa análise é fundamental, pois, conforme aponta Rocha (2000, p. 41) não há comprovação de um antiescravismo genuinamente brasileiro durante a segunda metade do século XVIII, período que representa o momento das primeiras declarações no que diz respeito à condenação da escravidão. Estas manifestações vinham principalmente da França, da Inglaterra e dos Estados Unidos. Nesse sentido, torna-se imprescindível a análise do abolicionismo atlântico, assim como se torna de suma importância adotarmos um olhar para as suas influências na atuação dos antiescravistas brasileiros.

3.1 Inglaterra e suas influências para o abolicionismo brasileiro

Ao abordar o processo de abolicionismo, é imprescindível apontar, conforme afirma Bethell (2002, p. 13), que a instituição escrava e o comércio transatlântico de escravizados funcionaram legalmente do século XVI ao século XIX nas colônias britânicas, francesas, portuguesas e holandesas, na América do Norte e do Sul. A migração forçada de africanos foi normalizada e, com o passar dos séculos, sua prática adquiriu escalas crescentes. Este apontamento, apesar de ser clássico, torna-se importante, tendo em vista que:

Até a segunda metade do século XVIII, quando (numa estimativa conservadora) 70-75.000 escravos estavam sendo transportados anualmente através do Atlântico, raramente uma voz se levantou contra tal prática. (BETHELL, 2002, p. 13).

Se o tráfico transatlântico foi instaurado na sociedade por mais de trezentos anos sem entraves, de acordo com Bethell (2002, p. 13) em 25 de março de 1807 foi declarado ilegal para súditos britânicos o comércio de escravizados após o dia primeiro de maio de 1808. Esta vitória na primeira década do século XIX, realizada dentro e fora do Parlamento, foi apenas a consequência de um processo de discussões que já estavam sendo realizadas pelo menos durante vinte anos antes da assinatura.

Bethell (2002, p. 14) afirma que com esta vitória significativa, o movimento abolicionista britânico vislumbrou novos horizontes: não bastava apenas a abolição para si, era necessário também pressionar o governo britânico para lutar na persuasão de outras nações, consideradas moralmente inferiores, a seguir o exemplo da grande Grã-Bretanha no que diz respeito à liberdade. Além das motivações morais por trás dessa atuação, havia, também, razões econômicas para a postura política da Grã-Bretanha.

Apesar do impacto que o governo, dentro do parlamento, possuía na tomada de decisões favoráveis à abolição, vale ressaltar que, conforme aponta Reis (2004, p. 371) o movimento também teve seu lado popular, algo que jamais podemos esquecer. Na Grã-Bretanha, a atuação nas ruas foi forte e mobilizou diversos grupos, como trabalhadores, mulheres, religiosos, marinheiros, dentre outros. Essas campanhas populares atuaram para a obtenção de milhares de assinaturas firmadas sobre petições enviadas aos parlamentares. Nesse sentido, é necessário ressaltar o papel destes indivíduos do lado de fora do Parlamento, tendo em vista que também

foram responsáveis pela pressão a favor da abolição.

No que diz respeito ao governo britânico especificamente, é necessário apontar que houve um enorme esforço para que seus ideais e suas políticas de Estado fossem implementadas ao redor do mundo:

Foram feitos exaustivos esforços para persuadir e coagir os estados europeus, americanos e africanos que mantinham um interesse naquele comércio a fazerem acordos de abolição com a Grã-Bretanha, para introduzir e aplicar a sua própria legislação contrária ao comércio de escravos e para permitir à marinha britânica policiar áreas de comércio de escravos dos dois lados do Atlântico. (BETHELL, 2002, p. 15)

Entretanto, vale ressaltar que a missão mostrou-se árdua, tendo em vista que poucas nações compartilhavam os sentimentos abolicionistas da Grã-Bretanha. Além disso, muitas eram contra e detestavam a interferência britânica nos seus assuntos internos. A questão é interessante, tendo em vista que esta postura intervencionista, buscando mediação com outros países, foi criticada tanto por abolicionistas, como também por muitos escravistas.

De acordo com Raminelli (2021, p. 126-127) não foi incomum a decisão de abolicionistas acusarem a Inglaterra de falsa generosidade e benevolência, tendo em vista que também praticaram o comércio de escravizados e, mais do que isso, enriqueceram com a dor do cativo e depois passaram a apoiar o processo abolicionista apenas porque ambicionavam grandes vantagens. Enquanto isso, do outro lado, grandes proprietários de terra e senhores de escravizados também eram contrários à interferência da Grã-Bretanha. Este foi, inclusive, um dos motivos por trás do apoio destes setores que compunham a elite da sociedade para o apoio à monarquia independente no Brasil, assunto que veremos mais à frente.

Nesse sentido, imersos na complexidade envolvendo os interesses britânicos no que diz respeito ao abolicionismo brasileiro, analisaremos o contexto-histórico, as relações entre Inglaterra, Portugal e Brasil, assim como suas consequências. Qual o impacto de uma das maiores potências mundiais nas mentalidades e nas percepções acerca da aceitabilidade ou não da escravidão?

Segundo Bethell (2002, p. 21) no início do século XIX, quando a Grã-Bretanha decidiu atuar ativamente no combate ao comércio transatlântico de escravizados, a nação mais ligada estruturalmente e, portanto, comercialmente, no tráfico, ou seja, na exportação, no transporte e na importação de escravizados africanos era Portugal. Milhares de escravizados eram anualmente exportados para o chamado Novo Mundo, a partir das partes do continente africano reivindicadas pela coroa

portuguesa. Nesse momento, de acordo com Capela (1987, p. 29) ainda não havia uma atuação abolicionista em Portugal, tendo em vista que esse processo de busca pelo fim da escravidão surge envolvido a fatos complexos, como às invasões napoleônicas.

Vale ressaltar, conforme aponta Bethell (2002, p. 22) que do outro lado do Atlântico Sul, encontrava-se a colônia portuguesa do Brasil, um dos maiores importadores de escravizados africanos do mundo. Nesse sentido, já é possível perceber que não seria uma luta fácil para a poderosa Inglaterra na sua missão de influenciar outras nações a acabar com a escravidão, tendo em vista que Portugal é a comprovação de um Estado totalmente estruturado em torno da utilização do escravizado como mão-de-obra. Durante mais de dois séculos e meio os portugueses na América utilizavam o negro para a realização do trabalho de forma compulsória, nesse sentido, a Grã-Bretanha estava ciente da dificuldade de sua missão.

Ao abordar a escravidão no Brasil colonial e imperial, Alencastro (2018, p. 56) aponta que o tráfico transatlântico de escravizados africanos tomou no Brasil uma dimensão inédita:

Do século XVI até 1850, no período colonial e no imperial, o país foi o maior importador de escravos africanos das Américas. Foi ainda a única nação independente que praticou maciçamente o tráfico negreiro, transformando o território nacional no maior agregado político escravista americano. (ALENCASTRO, 2018, p. 56).

Bethell (2002, p. 23) afirma que a escravidão era a pedra angular da economia e da sociedade, nos mais diferentes setores. A indústria do açúcar, a primeira construída no Brasil, apesar de ter sofrido com a atuação das Índias Ocidentais britânicas francesas, ainda assim sobreviveu, tendo em vista que o produto continuou ocupando um patamar elevado no que diz respeito às exportações da colônia, concentrando uma quantidade enorme de escravizados nas fazendas açucareiras.

Para além dos campos de cana, das usinas e das casas-grandes voltadas às fazendas açucareiras, conforme afirma Bethell (2002, p. 23) escravizados também ocupavam as atividades nas fazendas de algodão no território brasileiro, tendo em vista que este produto representava 20% do valor das exportações do Brasil no começo do século XIX. Escravizados trabalhavam nas fazendas de tabaco e cacau, assim como, no extremo sul, eram utilizados na criação de gado, principalmente

voltada à fabricação do charque e, também, na produção de cereais e na agricultura de subsistência. Nesse sentido, percebe-se que com este nível elevado de dependência, apenas palavras não bastariam para que a abolição ocorresse, seria necessário muito mais.

Tendo em vista esta estruturação da economia em torno do comércio de escravizados, a consequência foi a formação de um pensamento que, por muito tempo, além de naturalizar a escravidão, não enxergava outra forma de organização da sociedade. O sentimento abolicionista, sendo assim, mostrou-se profundamente fraco em todo o mundo luso-brasileiro. De acordo com Bethell (2002, p. 26) Manuel Ribeiro da Rocha, um padre laico nascido em Lisboa, mas que, entretanto, havia passado boa parte da sua vida na Bahia, foi um dos poucos a advogar favoravelmente no que se refere ao fim do tráfico de escravizados e a substituição gradual do trabalho escravizado pela mão-de-obra livre.

É interessante apontar que Capela (1987, p. 29) contribui para esta análise, ao afirmar que as primeiras medidas abolicionistas em Portugal manifestam-se envolvidas em acontecimentos determinantes para a história da nação, como as invasões napoleônicas, a transferência da casa real para o Brasil e os tratados impostos pela Inglaterra. Em Portugal não se detecta um movimento abolicionista:

As mudanças propostas tinham finalidades reformistas, no sentido de melhorar o sistema vigente, não admitindo qualquer hipótese ou possibilidade da sua abolição. (CAPELA, 1987, p. 29).

Segundo Bethell (2002, p. 26) a grande maioria dos portugueses brancos, que ocupavam posições de destaque na sociedade portuguesa, como fazendeiros, comerciantes, funcionários e, até mesmo padres, quando se referia à questão da escravidão e do comércio de escravizados, não apenas mostravam-se contrários aos ideais abolicionistas, como também utilizavam os clássicos argumentos escravistas de que os escravizados haviam sido salvos da barbárie que ocorria na África.

Imersos neste mundo escravista, até mesmo alguns sujeitos que entraram em contato com ideias progressistas do final do século XVIII não enxergavam outra forma de sociedade, não visualizavam nova alternativa para a vida econômica e social do império, apontando que a escravidão representava um mal necessário, tendo em vista que se mostrava o motivo pelas quais as rodas da engrenagem do Estado português giravam. De acordo com Bethell (2002, p. 26) podemos citar como

exemplo o Bispo José Joaquim da Cunha de Azeredo Coutinho, que representou uma figura importante do iluminismo português e que, apesar disso, propagava que o comércio de escravizados mostrava-se legítimo, sendo, inclusive, indispensável para o desenvolvimento agrícola do Brasil.

Nesse sentido, percebe-se que para que a Inglaterra conquistasse seu objetivo, a atuação teria que ser firme, tendo em vista a conjuntura criada por Portugal. Entretanto, segundo Bethell (2002, p. 27) havia um fator extremamente favorável: historicamente a Grã-Bretanha gozava de uma relação especial, econômica e política com Portugal e, por possuir posição de destaque no que diz respeito à poder e influência, a Grã-Bretanha claramente possuía uma posição dominante. Além disso, vale ressaltar que, com o processo das invasões napoleônicas, responsável pelo chamado Bloqueio Continental, Portugal tornou-se ainda mais dependente das decisões da Grã-Bretanha.

A ligação entre Inglaterra e Portugal foi determinante para a resposta de Portugal no que diz respeito à pressão sofrida por Napoleão Bonaparte. Apesar de ter sido uma escolha complexa, Dom João escolheu o lado da nação que já possuía uma relação próxima historicamente, ou seja, a Grã-Bretanha:

Quando, em novembro, o General Junot marchou sobre Lisboa, a família real e a corte portuguesa, escoltados por quatro navios de guerra britânicos, procuraram refúgio do outro lado do Atlântico, no Brasil. Em janeiro de 1808, Dom João desembarcou brevemente na Bahia, onde outorgou sua Carta Régia, que abria os portos do Brasil ao comércio de todas as nações amigas (o que na prática significava o comércio britânico). Em março, ele estava seguramente instalado no Rio de Janeiro, que inesperadamente se tornou a sede do governo e a capital do império português. (BETHELL, 2002, p. 27)

Entretanto, toda ação gera uma reação e desta vez não foi diferente. De acordo com Bethell (2002, p. 28) a partir do momento que Portugal recebeu proteção da Grã-Bretanha contra os avanços napoleônicos, Dom João, imediatamente, já estava totalmente dependente das tropas e armas britânicas para a defesa de Portugal contra os franceses, assim como da marinha britânica para a proteção do Brasil e do resto do império ultramarino de Portugal. Tendo em vista que nada vem de graça, a Grã-Bretanha adquiriu uma posição de realizar exigências, enquanto que Portugal colocou-se em uma situação que não poderia recusá-las.

Conforme afirma Mamigonian (2009, p. 210), em 1808, ano da chegada da corte portuguesa ao solo brasileiro, mais precisamente, ao Rio de Janeiro, a colônia portuguesa era estruturada totalmente em torno do trabalho escravizado, tendo em

vista a quantidade descomunal de negros escravizados pelos seus quatro cantos:

A população dos domínios portugueses na América somava 2.424.463 pessoas, sendo 31,31% delas escravizadas. Um em cada três habitantes do Brasil era cativo. Naquele mesmo ano, os britânicos, detentores da maior fatia do comércio de escravos africanos, seguindo medida legislativa promulgada no ano anterior, abandonaram a atividade e começaram campanha pela extinção de todo comércio de africanos ao longo do Atlântico. (MAMIGONIAN, 2009, p. 210)

Nesse sentido, a Grã-Bretanha teria, agora, motivos para considerar a situação mais animadora, tendo em vista que se por um lado Portugal possuía muitos interesses no tráfico transatlântico e na instituição escrava como um todo, por outro, estava refém das ações vindas da Inglaterra e, nesta situação, o lado mais forte começou os seus trabalhos na busca pelos seus objetivos: abolição da escravidão.

De acordo com Mamigonian (2009, p. 214) a Grã-Bretanha cobrou caro pela proteção da família real portuguesa e sua transferência para o Brasil no ano de 1808. Buscaria, a partir deste momento, utilizar de sua vantagem para impor suas medidas, exercendo toda a sua influência e o seu poder para atingir seus propósitos.

Conforme afirma Bethell (2002, p. 29) George Canning, político britânico, em um dos tratados anglo-português, apontou a necessidade de Portugal assumir compromisso no que diz respeito à gradual desativação e abolição final não distante do comércio de escravizados. Além disso, até que isso ocorresse, Portugal deveria cessar as exportações de escravizados para territórios não-portugueses no Novo Mundo. Lord Strangford, em 19 de fevereiro de 1810, convenceu Portugal a assinar mais dois tratados:

O segundo era um tratado de aliança e amizade, cujo décimo artigo se referia ao comércio de escravos: convencido da “injustiça e de inutilidade” do comércio e especialmente das desvantagens de “introduzir e continuamente renovar uma população estrangeira e factícia” no Brasil, o Príncipe Regente concordava em cooperar com a Grã-Bretanha “pela adoção das medidas mais eficazes para levar a cabo a gradual abolição do comércio de escravos em todos os seus domínios”. (BETHELL, 2002, p. 30)

Conforme afirma Mamigonian (2009, p. 216) a atuação britânica no que se refere à adoção do abolicionismo como política estatal fez com que a Grã-Bretanha montasse uma rede de acordos bilaterais e proibição do comércio de escravizados, com a implementação de um sistema de repressão naval e de julgamentos em cortes navais ou bilaterais. Nas primeiras décadas do século XIX, o abolicionismo, unindo ingleses, galeses, irlandeses e escoceses, tornou-se um dos símbolos da identidade britânica. (MAMIGONIAN, 2009, p. 216)

Nesse sentido, vale ressaltar que embora nosso foco esteja voltado à pressão britânica para o reconhecimento da abolição por parte de Portugal, a Inglaterra buscava também o apoio de outros países. Apesar de não possuir um movimento abolicionista em seu território, com um conhecimento teórico e, muito menos uma prática que demonstrasse o fim do tráfico, Portugal foi cedendo à influência dos poderosos ingleses em direção à abolição:

Em 8 de fevereiro de 1815, Portugal juntou-se à Grã-Bretanha, França, Espanha, Suécia, Áustria, Prússia e Rússia numa Declaração das Oito potências de que o comércio de escravos era repugnante aos princípios de humanidade e à moral universal e que todas as potências que possuem colônias reconhecem o “dever e necessidade” de aboli-lo tão pronto quanto praticável. (BETHELL, 2002, p. 35).

Entretanto, como já mencionado, caso a Inglaterra buscasse que o comércio de escravizados fosse realmente suprimido, seria necessário uma atuação mais firme, o compromisso não poderia ficar apenas nas palavras. Foi a partir disso que a Grã-Bretanha decidiu que apenas os tratados assinados no que diz respeito à necessidade da abolição não seriam suficientes, era basilar fazer com que estes contratos fossem cumpridos. Foi nesse sentido que o governo britânico atuou nos mares, mostrando seu poder de fiscalização:

Ao governo britânico parecia que o comércio de escravos nunca seria suprimido até que os seus navios de patrulha tivessem permissão de deter barcos de escravos – que estivessem deixando ou voltando ao porto de origem – e, portanto, começou a insistir pelo acréscimo aos tratados sobre o direito de busca de uma cláusula de equipamento, pela qual um ou mais itens de uma lista de “artigos de equipamento” determinados – grilhões e algemas, pranchas de reserva para um convés de escravos, escotilhas abertas, quantidades pouco usuais de água fresca, alimentos, desinfetante, etc – constituiriam evidência bastante, até prova em contrário, de que um navio partindo para a costa africana, para ela rumando ou lá chegando era usado no comércio de escravos e, a menos que satisfatoriamente explicados pelo proprietário ou comandante, a presença de tais equipamentos constituiria base suficiente para condenação [...]. (BETHELL, 2002, p. 45)

A partir do esforço da Inglaterra e do compromisso das potências europeias, durante os anos de 1822-23, Espanha, Holanda e Portugal assinaram artigos que permitiam que navios pudessem ser detidos caso houvesse prova clara e inegável de escravizados embarcados em áreas proibidas. Entretanto, conforme afirma Bethell (2002, p. 45) dos três países, apenas a Holanda atuou fielmente no compromisso assumido, ou seja, Portugal e Espanha, apesar da assinatura, não estavam dispostos a permitir a captura de navios apropriados para o tráfico.

Esta situação pode ser compreendida tendo em vista que, de acordo com

Capela (1987, p. 55) no momento em que a escravatura serviu de base à produção brasileira, foi responsável pela estrutura econômica e alimentou o comércio de importação e exportação português, enchendo os bolsos da metrópole, o tráfico não representou problemas.

Na verdade, conforme afirma Bethell (2002, p. 47) quase vinte anos depois das primeiras medidas voltadas à abolição do tráfico transatlântico de escravizados, poucos eram os casos de africanos importados nas Índias Ocidentais britânicas, francesas e holandesas, nas novas repúblicas americanas ou até no sul dos Estados Unidos, ou seja, a atuação da Inglaterra e os compromissos colocados no papel estavam sendo cumpridos na prática, entretanto, Portugal ainda mostrava-se resistente:

[...] praticamente tranquilo continuava o comércio de escravos da África (e especialmente da África portuguesa ao sul do Equador) para o Brasil, que em 1822 declarara sua independência de Portugal. (BETHELL, 2002, p. 47)

Se a situação era complicada, com o processo de afirmação pelo Brasil da sua independência de Portugal, tendia a se tornar mais complexa. Portugal afirmava que o que impedia o cumprimento dos tratados eram seus interesses coloniais transatlânticos, entretanto, de acordo com Bethell (2002, p. 50) George Canning, secretário de Negócios Estrangeiros, apontou que com a independência do Brasil de Portugal, o governo português não tinha mais argumentos para não efetivar seus compromissos.

Sendo assim, não haviam mais desculpas para não assumir os tratados de 1810, 1815 e 1817, que objetivavam abolir, em data futura, o comércio de escravizados. De acordo com Alves (2005, p. 79) as negociações entre Brasil e Portugal para o reconhecimento da independência brasileira se arrastaram de modo extremamente lento, pois Portugal não admitia perder sua mais rica possessão. Por outro lado, o reconhecimento da independência representava um acontecimento muito caro para o Brasil, tendo em vista que era necessário para fortalecer sua posição no cenário global, assim como também seria importante para evitar uma retomada portuguesa de sua ex-colônia.

De acordo com Mamigonian (2009, p. 213) o Brasil recebeu entre meados do século XVI e XIX, aproximadamente quatro milhões de escravizados, o que representa 40% de todos os africanos transportados através do Atlântico entre os séculos XV e XIX. Nesse sentido, apesar de Portugal representar a esperança no

cumprimento dos tratados na luta abolicionista, a missão não se mostrava nada fácil, tendo em vista que o novo estado independente evidenciava que a tarefa seria árdua, pois não apresentava mínimos sinais de interesse no combate ao tráfico de escravizados.

Nesse sentido, conforme afirma Bethell (2002, p. 52) para que os tratados diplomáticos constituídos pela Grã-Bretanha não fossem por água abaixo, tornou-se necessário, mais uma vez, trabalhar na persuasão, entretanto, agora do Brasil. Sendo assim, os britânicos começaram o processo de tentar convencer o Brasil a proibir o comércio de escravizados e assinar um tratado que o reprimisse. Entretanto, Inglaterra já sabia das dificuldades que encontraria pela frente:

Portugal tinha resistido durante quinze anos à persuasão e às ameaças britânicas porque o comércio servia aos seus interesses coloniais; o Brasil, para o qual aquele comércio era parte integrante da sua economia doméstica, provavelmente se mostraria ainda mais intransigente. (BETHELL, 2002, p. 52)

No entanto, apesar das estruturas econômicas e sociais do Brasil serem voltadas à utilização de mão-de-obra escravizada, fato que representava um impasse para os interesses britânicos, vale ressaltar que a Grã-Bretanha, por meio da sua relação de proximidade, com o apoio e proteção, conseguiu fazer com que Portugal, um país resistente, cumprisse sua parte, sendo assim, o mesmo poderia ser realizado novamente, entretanto, agora com o novo estado independente.

Na relação com Portugal, o divisor de águas foi a situação conflituosa entre o governo português e o avanço napoleônico, que resultou na transferência da corte para o Brasil. Com o apoio e a segurança do governo britânico ao império português, surgiu, como já mencionado, uma dívida portuguesa à Grã-Bretanha. No caso do novo estado independente, conforme afirma Bethell (2002, p. 53) o governo brasileiro almejava assegurar o reconhecimento internacional da independência do país e isso também faria com que o Brasil ficasse devendo algo para a Grã-Bretanha, ou seja, o novo Estado estaria nas mãos do governo britânico no que diz respeito à abolição e o rompimento do tráfico de escravizados:

Canning instruiu Wellington, que chefiava a delegação britânica em Verona, a assegurar às Potências Aliadas que “nenhum Estado do Novo Mundo que não tenha abolido franca e completamente o comércio de escravos será reconhecido pela Grã-Bretanha”. (BETHELL, 2002, p. 53)

Nesse sentido, iniciou-se os trabalhos da Grã-Bretanha com o objetivo de buscar uma relação próxima com o novo Estado independente: reconhecimento do

processo de independência brasileiro, em troca de tratados voltados à abolição do tráfico de escravizados. Entretanto, segundo Bethell (2002, p. 62) Dom Pedro e seu ministro, José Bonifácio, estavam em um complexo dilema. Se por um lado sabiam da necessidade de conseguir o reconhecimento da independência do país, pois, assim, seria um meio de prevenir uma possível tentativa de Portugal de restabelecer sua autoridade, por outro, compreendiam que essa ação não seria fácil, tendo em vista o poder dos grandes proprietários de terra e dos influentes senhores de escravizados que ocupavam a elite da sociedade no território brasileiro.

É importante apontar que para Bethell (2002, p. 63) o que impedia a assinatura dos tratados e a adoção de uma postura abolicionista era, justamente, a complexidade da situação e a pressão dos setores mais influentes do novo estado independente, pois José Bonifácio e Dom Pedro eram contrários à instituição da escravatura:

Para José Bonifácio e, na verdade, para outras figuras eminentes da “Geração da Independência”, influenciadas pelas ideias liberais do Iluminismo europeu e pelas teorias dos economistas clássicos, a escravidão tinha perdido a sua razão de ser tanto moral como econômica. Não apenas a consideravam uma afronta ao direito natural e aos direitos humanos, mas, a longo prazo, o sistema escravista (José Bonifácio chamou-o de “câncer do estado” e “gangrena da nossa prosperidade”) era percebido como menos produtivo do que um baseado no trabalho livre. (BETHELL, 2002, p. 63)

A estrutura econômica no território brasileiro ser dependente da mão-de-obra escravizada fez com que o governo complicasse o processo de abolição. O Estado que explorava negros escravizados em todas as áreas da sociedade não abriria mão tão facilmente desta realidade:

o sistema de agricultura extensiva para a produção de açúcar, algodão, tabaco, café e outros produtos tropicais para o mercado internacional, totalmente dependente da mão-de-obra escrava, nunca tinha estado mais firmemente estabelecido nem sido mais fundamental para a economia brasileira como um todo. A população do Brasil era então de quase 4 milhões, entre um quarto e um terço dos quais eram escravos. (BETHELL, 2002, p. 63)

Somada à dependência de escravizados em diversos setores da sociedade brasileira, outro fator que contribuiu de forma significativa para a resistência na luta contra o tráfico, refere-se à mortalidade dos escravizados no território brasileiro. Como já mencionado neste trabalho, a qualidade de vida dos negros escravizados no Brasil era extremamente precária. Com uma alta mortalidade, o tráfico transatlântico era utilizado como argumento, tendo em vista que, sem ele, em um curto período de tempo não haveriam mais escravizados como mão-de-obra.

Tendo em vista toda esta conjuntura, segundo Bethell (2002, p. 65) poucos brasileiros, incluindo os que bebiam das fontes liberais construídas na Europa, acreditavam que a abolição imediata do comércio de escravizados representaria uma possibilidade plausível. A maior parte acreditava que esta ação acarretaria em um desastre econômico, considerando que grande proporção da receita do governo provinha dos direitos sobre a importação de escravizados e dos produtos produzidos pela mão-de-obra escravizada. Um território que enquanto colônia e, também, enquanto Estado independente beneficiou-se do sangue de africanos tirados à força de suas famílias não estava preparado para tal transformação.

Nesse sentido, é possível afirmar que estes sujeitos envolvidos no tráfico fariam tudo aquilo que estivesse aos seus alcances para evitar que as propostas abolicionistas britânicas fossem postas em prática no solo brasileiro:

Essa foi uma das razões pelas quais os proprietários de terra e os senhores de escravizados brasileiros tinham dado seu apoio a uma monarquia independente no Brasil era precisamente porque viam a independência como um meio de escapar à incessante pressão da Grã-Bretanha sobre Portugal pela completa e imediata abolição do comércio de escravos. (BETHELL, 2002, p. 67)

Tendo em vista esta via de mão dupla, o governo brasileiro sabia que seja qual fosse a decisão tomada, favorável à Grã-Bretanha ou às elites estruturadas no território brasileiro, a consequência seria implacável. Nesse sentido, conforme afirma Bethell (2002, p. 65) ao avaliar o contexto, Dom Pedro e José Bonifácio chegaram à conclusão de que os riscos políticos ocasionados pela abolição prematura seriam ainda maiores do que aqueles que poderiam resultar do não-reconhecimento do processo de independência. Sendo assim, torna-se evidente o poder que as elites possuíam não só economicamente, mas também politicamente. Apesar da pressão de potências mundiais, Dom Pedro considerava ainda mais prejudicial pôr em risco a estabilidade dos senhores de escravizados e dos grandes proprietários de terra.

A realidade é que a concepção de abolição imediata do comércio de escravizados, sem um período de adaptação e de preparação para tal ato, representava uma opção impraticável até mesmo por aqueles assumidamente antiescravistas e abolicionistas. José Bonifácio, por exemplo, apesar de defender o abolicionismo até mesmo em seus escritos, sendo um dos mais importantes de seu tempo, não considerava possível a sua execução instantânea, tendo em vista tudo que estava em jogo no recente Estado independente. Era necessário um prazo razoável para que aqueles que investiram seu capital no comércio conseguissem

retirar, aplicar em outro negócio e adquirir outra fonte de mão-de-obra:

José Bonifácio advogava pela abolição gradual do comércio de escravizados num período de quatro a cinco anos, e, mais do que isso, apontava que a abolição da própria escravatura deveria ser realizada de maneira lenta e a imigração em larga escala da Europa a fim de satisfazer a procura brasileira por mão-de-obra. (BETHELL, 2002, p. 66)

Entretanto, este fato não foi responsável pela diminuição das forças da Grã-Bretanha no que diz respeito à assinatura de tratados voltados à abolição por parte do Brasil. Nesse sentido, a Grã-Bretanha notou que a abolição imediata do tráfico seria impossível e começou o processo de negociação em prol de um prazo aceitável para ambas as partes. Os britânicos perceberam que seria necessário realizar a sua parte, ou seja, exercer sua posição de dominação sobre Portugal para fazer com que o governo português reconhecesse a independência brasileira. Com a intensidade de uma das maiores potências mundiais, o reconhecimento por parte de Portugal estava prestes a acontecer. De acordo com Bethell (2002, p. 72) após muitos anos de tentativas falhas, em 29 de agosto de 1825 foi assinado o tratado pelo qual Portugal reconhecia a independência do Brasil.

Nesse sentido, conforme afirma Bethell (2002, p. 74) agora não haviam mais desculpas, o Brasil dispunha, assim como Portugal também adquiriu anos antes, uma dívida com a Grã-Bretanha ligada à abolição do tráfico de escravizados. Foram longos anos de negociações que deixaram a troca bem explícita: abolição por reconhecimento. Além disso, o Brasil já havia aceitado anteriormente os tratados de 1815 e 1817. Sendo assim, agora o governo brasileiro teria que estruturar-se para pôr fim ao comércio.

Nesse sentido, começaram, mais uma vez, as negociações no que diz respeito ao prazo para dar início à abolição. Vale ressaltar que este tópico já havia sido discutido muitas vezes, tendo em vista que a Grã-Bretanha estipulava uma data, o governo brasileiro recusava e nada era colocado em prática. De acordo com Bethell (2002, p.75) os britânicos sabiam da complexidade da conjuntura, ou seja, da pressão das elites localizadas em solo brasileiro para a prorrogação dos prazos para acabar com o tráfico, entretanto, era necessário um meio termo. Nesse sentido, o governo britânico concordou na aplicação de um período intermediário de quatro, não dois anos, antes que tal comércio se tornasse totalmente ilegal.

Entretanto, de acordo com Bethell (2002, p. 79) o governo brasileiro, mais do que nunca, temia a ira dos grandes proprietários de terra e dos senhores de

escravizados, setores mais influentes da sociedade. Apesar de buscar o reconhecimento pela Grã-Bretanha, o imperador ainda estava com medo das consequências econômicas e políticas que poderiam surgir da abolição. Nesse sentido, com toda esta prorrogação e manobras feitas pelo governo brasileiro, Stuart, encarregado de negócios britânicos, perdeu qualquer esperança do Brasil cumprir a sua parte e pôr fim ao comércio de escravizados.

Porém, quando tudo parecia perdido, uma luz surgiu novamente. Conforme afirma Bethell (2002, p. 79-80) em maio de 1826, a Câmara dos Deputados brasileira, na qual possuía grandes representantes dos interesses rurais, tinha se reunido pela primeira vez e passado a considerar a questão do comércio de escravizados. Nesse sentido, pouco tempo depois, Gordon, diplomata britânico responsável pelas negociações em solo brasileiro, apontou que não pedia nada mais do que já havia sido acordado, os britânicos haviam feito a sua parte, cabia agora, ao Brasil, cumprir os compromissos que haviam se comprometido.

De acordo com Souza (2021, p. 48) vale ressaltar que esta resistência do governo em abolir o tráfico de escravizados nos prazos estipulados é um sinal de resistência aos mandos ingleses, tendo em vista que, como já mencionado, vários setores da sociedade, com os mais diversos posicionamentos, eram contrários às imposições britânicas. A pressão da Inglaterra era vista, por muitos, como uma política imperialista contra o recente Estado independente.

Pereira (2005, p. 14) concorda com a análise de Souza, ao apontar que a presença dos ingleses nos negócios chegou, até mesmo, a provocar irritação por parte dos brasileiros por conta dos abusos do imperialismo inglês em solo brasileiro. Percebe-se essa repulsa por meio da cantiga de carregadores de piano publicada pelo Sr. Silvino Lopes, em uma de suas crônicas: “Não se pesca mai de rede, não se pode mai pesca, qui já sube da nutiça que os ingrês comprou o má”. (PEREIRA, 2005, p. 14, *apud* FREIRE, 1948, p. 55)

Esta atuação intensa da Grã-Bretanha para a execução das medidas acordadas entre Brasil e Inglaterra no tocante à abolição fez com que a influência britânica fosse tão forte a ponto de instigar debates e discussões em vários níveis na construção da sociedade deste recente Estado independente:

A pressão inglesa para que o país se comprometesse a proibir o comércio de escravos em troca do reconhecimento da independência marcou profundamente a formação do Estado nacional brasileiro, pois pautou os embates políticos internos e as relações exteriores por décadas (MAMIGONIAN, 2017, p. 18)

Segundo Bethell (2002, p. 80-81) foi necessário Gordon lembrar o governo brasileiro que em 1823 o Brasil dizia estar preparado para entrar em negociações para a pronta abolição do comércio em troca do reconhecimento, porém, a Grã-Bretanha foi enrolada por muitos anos. Entretanto, para a grande surpresa dos britânicos, em uma reunião com os plenipotenciários brasileiros, em 1826, no dia 31 de outubro, o Brasil reconheceu que era necessário acabar com o tráfico, tendo em vista que reconhecia todos os esforços empregados pela Grã-Bretanha e que, além disso, seria impossível manter esse comércio, levando em conta que era um movimento internacional. Porém, os plenipotenciários brasileiros pediram mais seis anos. Gordon recusou.

Nesse momento, tendo em vista todo o contexto e os adiamentos por parte do governo brasileiro, de acordo com Bethell (2002, p. 82) a Grã-Bretanha já não possuía mais paciência, pois percebiam que, sem uma pressão ainda maior, o Brasil prorrogaria por mais muitos anos. Nesse sentido, quando os brasileiros lançaram uma proposta de mais quatro anos, Gordon estipulou três, tendo em vista que, segundo ele, em 1825 o imperador dizia estar pronto a aceitar um período de quatro anos, e um ano já havia passado. Gordon, portanto, faz uma ameaça e o Imperador aceita no prazo de três anos depois da ratificação do tratado.

Nesse sentido, conforme afirma Mamigonian (2009, p. 215) os setores mais influentes da sociedade brasileira conseguiram proteger-se da aplicação dos sucessivos acordos através das suas estratégias. A maior parte desta elite já reconhecia que, em algum momento, o comércio de escravizados teria seu fim, assim como a abolição seria uma realidade. Entretanto, o objetivo era prorrogar pelo maior tempo possível, e foi isso que fizeram, até não haver mais saída.

Sendo assim, conforme afirma Bethell (2002, p. 83) finalmente o Brasil assinou um tratado contra o comércio de escravos, firmado em 23 de novembro de 1826 e ratificado por Dom Pedro a bordo de um navio de guerra que partia do porto do Rio de Janeiro para o Rio Grande do Sul. Se o cumprimento do compromisso de Portugal no que diz respeito aos tratados voltados à abolição do tráfico de escravizados havia sido árduo e demorado, o recente governo independente brasileiro não ficou para trás, tendo em vista que fez tudo o que estava ao seu alcance para prorrogar os prazos, ludibriar a Grã-Bretanha e continuar importando negros escravizados para a utilização da mão-de-obra nos setores mais importantes

da economia brasileira.

Entretanto, quando tudo parecia resolvido, surgem discussões por parte dos políticos brasileiros. Segundo Bethell (2002, p. 87) um número surpreendente de deputados reconheceu que a abolição era do interesse tanto econômico como social do Brasil. Entretanto, como já era de se esperar, a grande maioria dos deputados, mais uma vez, criticou a decisão de fazê-la no curto espaço de três anos, pois esta ação acarretaria em prejuízos graves aos interesses nacionais básicos do Brasil.

O prazo deveria ser maior, pois, de acordo com os oradores, era necessário um suprimento regular de mão-de-obra africana não especializada, pois o número de mortes entre os escravizados era igual ou superior ao de nascimentos. Nesse sentido, a assinatura do tratado, de acordo com Mamigonian (2009, p. 220) foi extremamente criticada, tendo em vista que foi observada como uma imposição britânica, uma interferência externa no território brasileiro.

Conforme aponta Bethell (2002, p. 88) raros foram os exemplos de deputados que abertamente defenderam a abolição. A grande maioria dos deputados brasileiros continuava com a adoção do discurso de que a abolição seria uma catástrofe para a economia brasileira. O Deputado Dom Rumualdo representou uma das exceções no que diz respeito às críticas ao tráfico de escravizados e a necessidade do processo de abolição:

Os brados daqueles que se queixavam que a abolição significaria a ruína do Brasil eram, declarou, “as queixas e os pretextos que a avareza e o egoísmo geralmente incitam contra a reforma e a inovação que são salutares e necessárias, mas se chocam com os lucros e as vantagens de uns poucos indivíduos”; mesmo que fosse concedido um período de vinte anos para a extinção do comércio de escravos, continuou, nada seria feito para preparar o terreno para a abolição e, ao termo daquele prazo, os mesmos argumentos seriam novamente ouvidos em favor da sua continuação. (BETHELL, 2002, p. 88)

Nesse sentido, o governo britânico, de acordo com Bethell (2002, p. 90) tinha todos os motivos para acreditar que, a partir do momento em que o tratado de 1826 entrasse em vigor, o governo brasileiro não cumpriria suas obrigações de abolir o comércio de escravizados. Não poderiam esperar muito do governo que prorrogou o máximo possível suas responsabilidades no que diz respeito ao fim do tráfico e, muito menos, de uma elite de grandes proprietários e senhores de escravizados que lucravam por meio da dominação, do açoitamento e do sangue. Para estes, o Brasil nunca estaria preparado para tamanha transformação.

3.2 O impacto do pensamento ilustrado francês para as perspectivas e atuações abolicionistas em solo brasileiro

De acordo com Rocha (2000, p. 38) no século XVIII escritores da Ilustração não apenas analisaram a escravidão com um olhar mais crítico, como também apontaram estas novas percepções na prática, ou seja, a escravidão passou a ser combatida por meio de registros escritos. Incorporavam, inclusive, críticas de grupos religiosos ingleses, como as dos quacres e evangélicos, com o objetivo de varrer do mundo contemporâneo qualquer tipo de trabalho forçado, na busca pelo estabelecimento de trabalhos empregando a mão-de-obra livre.

Tendo em vista o claro objetivo de compreender como estes pensamentos foram utilizados na luta abolicionista, torna-se de suma importância a análise de como chegaram ao solo brasileiro. Rocha (2000, p. 38) contribui para este estudo, tendo em vista que aponta que estas produções intelectuais formuladas na Ilustração francesa foram trazidas para o Brasil nas primeiras décadas do século XIX, principalmente por meio de discentes brasileiros que haviam frequentado universidades europeias.

Algo muito interessante de ser apontado diz respeito ao contexto brasileiro do século XIX. Conforme afirma Rocha (2000, p. 40) a população brasileira dos princípios do século XIX era predominantemente iletrada, além disso, desde a chegada da corte em terras brasileiras, estes mesmos letrados passaram a ocupar cargos importantes na burocracia governamental. Nesse sentido, percebe-se que a produção estava voltada apenas a uma elite intelectual e que ocupava cargos políticos, ou seja, que também estava inserida nas discussões políticas.

Estas questões são fundamentais para que possamos compreender o surgimento do pensamento abolicionista no território brasileiro. Além disso, também auxilia no entendimento de que muitos daqueles que debatiam, dentro do Parlamento, as atribuições do Estado e o papel do governo na luta antiescravista, possuíam acesso às literaturas abolicionistas:

Portugal e Brasil, dos fins do século XVIII e início do XIX, estavam dentro da esfera de influência da cultura letrada francesa, além de os mais importantes textos ingleses que condenavam a escravidão terem sido traduzidos, a partir dos fins da década de 1780, pela Sociedade dos Amigos dos Negros da França. (ROCHA, 2000, p. 40)

Um dos primeiros exemplos que podemos citar no que diz respeito a esta influência vinda principalmente da Europa nas manifestações propagadas aqui no

Brasil, refere-se, de acordo com Rocha (2000, p. 41) ao texto *A Análise sobre a Justiça do Comércio de Resgate de Escravos da Costa da África*, de Azeredo Coutinho, escrito nos últimos anos do século XVIII, e publicado em Londres e em Lisboa, respectivamente em 1798 e em 1808. Nesta análise, Coutinho defende a legitimidade da escravidão:

Por meio dela, Azeredo Coutinho, conhecedor das ideias europeias da época, reagiu energicamente à condenação do tráfico em nome do direito natural, tal como estava sendo feita por pensadores franceses desde a publicação, na *Enciclopédia*, dos artigos “Escravidão” e “Tráfico de negros”, ambos escritos por de Jaucourt. (ROCHA, 2000, p. 41)

Inclusive, o objeto de estudo deste trabalho, o luso-brasileiro Antonio José Gonçalves Chaves, também manifestou muito do seu pensamento com base na influência da literatura europeia. Conforme afirma Rocha (2000, p. 41) Gonçalves Chaves citou no seu livro os autores Raynal e Adam Smith. Do primeiro, extraiu um trecho da sua “História política”. Do pensamento do economista Adam Smith citou uma referência conhecida, o livro *Riqueza das Nações*, ao apontar que a utilização de escravizados representava danos econômicos, ou seja, utilizou o argumento econômico para justificar o fim da escravidão.

Gonçalves Chaves mostrou uma bagagem teórica impressionante, tendo em vista que, de acordo com Rocha (2000, p. 42) além das referências à Raynal e Adam Smith, seu trabalho *Memórias econômico-políticas sobre a administração pública do Brasil* também foi construído com base nos pensamentos de um membro da Academia Real de Ciências de Lisboa, o Francisco Soares Franco, que, em 1820, publicara o *Ensaio sobre os Melhoramentos de Portugal e do Brasil*, em Lisboa. Chaves baseou-se nos escritos de Franco principalmente no seu quarto caderno.

Maciel Severiano da Costa também mostrou sua capacidade de ler e interpretar obras ilustradas, tendo em vista que vários foram os autores que utilizou seja para concordar, como também para criticar. Conforme afirma Rocha (2000, p. 42) citou a *Apologie de B. de las Casas* de Grégoire, indicou Raynal, ao denunciar que todos sabiam seus interesses no tráfico e das suas ligações com empresas que dele participavam e, além disso, também citou em seu trabalho Montesquieu para confirmar a ideia de que transformação da utilização da mão-de-obra escravizada para a livre não só era possível, como era o mais correto, tendo em vista que o trabalho livre poderia ser utilizado em todos os setores da economia.

José Bonifácio, um dos mais importantes abolicionistas do século XIX também utilizou, como referência, autores da Ilustração. Entretanto, se outros autores citaram uma quantidade extensa de pensadores europeus, Bonifácio citou apenas um livro que teve papel importante na história da economia política francesa:

José Bonifácio de Andrada e Silva citou apenas Pierre Poivre, autor das *Viagens de um Filósofo ou Observações sobre os Costumes e as Artes dos Povos da África e da Ásia*, escrito em 1750 e publicado em 1768. (ROCHA, 2000, p. 42)

Apesar da existência de outras figuras importantes que usufruíram da influência europeia seja para defender o tráfico, como também para lutar contra a escravidão, nosso último sujeito analisado será José da Silva Lisboa. Segundo Rocha (2000, p. 43) no artigo de José da Silva Lisboa, *“Da Liberdade do Trabalho”*, apenas dois autores da Ilustração são citados: Adam Smith e Montesquieu. Silva Lisboa utilizou, em seu pensamento, argumentos muito presentes da Ilustração. O autor claramente faz referência à Adam Smith ao apontar para o fato do escravizado ser tratado como coisa, reduzido à condição de máquina, não podendo nem mesmo adquirir uma propriedade. Esta dinâmica fazia com que não houvesse motivação, nem empenho na realização de suas atividades produtivas.

De acordo com Rocha (2000, p. 44) é interessante apontar que a citação desses autores europeus, que já possuíam reconhecimento desde o período em que publicaram suas principais obras, expõe que uns poucos brasileiros haviam adotado outra perspectiva, ao enxergar a escravidão com o olhar dos ilustrados europeus e ao apontar argumentos concretos com o objetivo de condená-la.

Montesquieu, por exemplo, foi um nome a ser citado em quase todos os trabalhos dos sujeitos analisados, com exceção do texto de Andrada e Silva. Conforme afirma Rocha (2000, p. 44) além de Montesquieu, praticamente todos os escritores brasileiros usaram princípios antiescravistas da Economia Política:

Andrada e Silva citou apenas Poivre, mas mostrou conhecimento desses mesmos princípios; Gonçalves Chaves e Silva Lisboa apoiaram-se em Adam Smith, e Severiano Costa citou uma série de economistas franceses da Escola Clássica, que seguiram as linhas das críticas de Adam Smith em relação à escravidão. (ROCHA, 2000, p. 44)

Nesse sentido, percebe-se que as críticas à escravidão eram, nesse momento, predominantemente baseadas nos princípios antiescravistas da Economia Política, pois a crítica econômica da escravidão ligava-se ao fato de que ela era reconhecida como a única condenação propriamente científica dessa instituição

nesse momento. Portanto, havia uma preocupação não apenas em se mostrar contrário à instituição escrava, como também em utilizar princípios precisos, com um rigor de ciência, no antiescravismo implementado no território brasileiro.

Conforme afirma Rocha (2000, p. 45) a condenação da escravidão foi realizada por meio da negação da sua legitimidade e este processo foi lento, tendo em vista que baseou-se na busca por demonstrar que a escravidão se contrastava com os princípios do cristianismo, que não representava a segurança, pelo contrário, ameaçava a estabilidade do Estado, que era do ponto de vista econômico prejudicial, além de violar o direito natural.

Foi necessário, em suma, desmontar a rede de ideias que a colocava no mesmo plano das demais instituições mediante a demonstração de que ela lhes era prejudicial, e, portanto, deveria ser substituída pelo trabalho livre. Esta operação de desmontagem principiou nos meados do século XVIII, ocupou todo o século XIX para, finalmente, alcançar seu ponto mais alto nos fins da primeira metade do XX com a *Declaração dos Direitos Humanos*. (ROCHA, 2000, p. 45)

Nesse sentido, de acordo com Rocha (2000, p. 45) a partir do século XVIII, alguns especialistas dos mais diferentes campos, jurídico, econômico, político, religioso, voltaram seus olhos à escravidão com um olhar crítico, utilizando argumentos racionais e construindo críticas contundentes. Montesquieu, por exemplo, apontava que a escravidão era uma ofensa ao Direito Civil e ao Direito Natural, Adam Smith considerava a escravidão representava um mal à economia, os quacres a consideravam incompatível com a caridade cristã e alguns filósofos franceses da Ilustração retrataram a escravidão como uma ameaça ao Estado.

Segundo Rocha (2000, p. 46) a construção dessas críticas realizadas ao longo da segunda metade dos setecentos permitiu, ainda nos fins do XVIII, além de uma ação política contra a escravidão, ou seja, uma atuação no que diz respeito à elaboração de programas abolicionistas, como também permitiu o aparecimento de obras que estruturaram as opiniões antiescravistas especializadas.

Nesse sentido, conforme afirma Rocha (2000, p. 46) os autores citados pelos letrados antiescravistas no território brasileiro, assim como a forma pela qual observaram certos aspectos da escravidão, contribuem para a perspectiva de que não lhes faltava atualização com o que fora publicado na Europa, ou seja, não só consumiam o que estava sendo produzido no exterior, como também utilizavam estas concepções como argumentos contra a instituição escrava:

Além disso, escreveram entre 1817 e fins da década de 1820, isto é, no meio de um período de aceleração das transformações institucionais da

escravidão negra nas colônias americanas: revolta dos negros no Haiti, abolição da escravidão pelos quacres nos Estados Unidos, movimento das petições na Inglaterra, abolição da escravidão nas colônias francesas (1794), restauração da escravidão nas colônias francesas (1803), fim do tráfico negreiro nas colônias inglesas e nos Estados Unidos, proibição do tráfico ao norte do Equador pelo Congresso de Viena e início dos debates no Parlamento inglês sobre a abolição da escravidão nas colônias inglesas. (ROCHA, 2000, p. 46)

Sendo assim, escreveram num tempo em que tinham, portanto, à disposição, uma vasta literatura antiescravista que dialogava com os autores da Ilustração. Nesse sentido, percebe-se que os ideais, argumentos e posicionamentos nos escritos elaborados em solo brasileiro, eram empregados com a utilização de referências do exterior, ou seja, os autores brasileiros ou que residiam no Brasil e dedicaram-se à criticar a escravidão tiveram um amplo arsenal disponível de textos, fator que facilitou o processo de construção das críticas à instituição.

Tendo em vista que o nosso principal enfoque é o charqueador Gonçalves Chaves, voltaremos nossos olhares, neste momento, para as críticas, os argumentos, assim como as referências utilizadas por este influente sujeito ao abordar a escravidão. Como já analisado no capítulo dois deste trabalho, Chaves elaborou a obra *Memórias Econômico-Políticas sobre a administração pública do Brasil*, livro que representa uma ferramenta chave para compreendermos a sua postura abolicionista e suas críticas à escravidão.

Na sua terceira Memória, que aborda a escravatura, de acordo com Rocha (2000, p. 47) Chaves adota um olhar que busca manifestar compaixão pela condição dos escravizados, ao lamentar suas situações de vida, assim como a dureza dos proprietários. Logo após, surgem argumentos para fortalecer o seu discurso abolicionista, com muitas referências a autores e obras da Ilustração, algo que nos interessa neste capítulo.

Um dos primeiros argumentos utilizados na sua defesa à abolição diz respeito à oposição entre religião e escravidão. Chaves deixa claro seu posicionamento ao apontar que a fé e a instituição escrava são incompatíveis:

A grande nação do nosso século não pode suportar entre si este escândalo da humanidade e religião, e, bem longe de limitar-se a reparar as suas culpas internamente, insta por todos os modos com os mesmos ortodoxos para que cessem da sua parte com um crime que ofende essencialmente a Deus. (CHAVES, 1978, p. 58)

Este argumento da incompatibilidade entre religião e escravidão foi utilizado por Chaves, assim como por muitos outros abolicionistas que viviam em solo

brasileiro. Entretanto, outra justificativa bastante empregada refere-se ao ponto de vista econômico. Na perspectiva do charqueador, a instituição representava um fator prejudicial ao Estado, tendo em vista que inviabilizava o crescimento econômico. Ao utilizar este argumento, Chaves cita Adam Smith, autor reconhecido na Ilustração:

O escravo – diz um economista – *consome o mais que pode e trabalha o menos que pode*. É esta uma verdade que não precisa ser demonstrada: o escravo, que por modo algum pode esperar prêmio do seu trabalho, interessa-se em consumir e em não trabalhar. (CHAVES, 1978, p. 60)

Entretanto, de acordo com Rocha (2000, p. 48, *apud* CHAVES 1978, p. 66) o dano maior para Chaves, contudo, dizia respeito às consequências da escravidão na governabilidade, tendo em vista o charqueador apontava a existência de uma guerra com três quartos da população, tendo em vista que considerava os escravizados inimigos internos. Na sua visão, uma nação poderia ser quantificada entre mais ou menos bárbara pela quantidade de escravizados que possuir.

Chaves (1978, p. 66) vai além, ao citar como exemplo a Bahia e ao deixar claro em sua obra o haitianismo, ou seja, o medo de uma revolução realizada por escravizados nos moldes da experiência ocorrida no Haiti. Vale ressaltar que o haitianismo foi um dos argumentos mais utilizados na luta antiescravista, seja nos escritos elaborados no exterior, como também nos defendidos em solo brasileiro. Para Chaves:

Eis a solução: se pela nossa própria vivacidade, que nos imprimiram nossos primogênitos, escaparemos ao iminente risco da desastrosa e tremenda catástrofe dos franceses na Ilha de São Domingos. (CHAVES, 1978, p. 66)

É evidente que Chaves utilizou em seu discurso o haitianismo como justificativa para o fim da instituição com base nas suas vivências, tendo em vista que era um grande charqueador e que administrava suas escravarias à punhos de ferro, entretanto, também foi uma referência da Ilustração, tendo Montesquieu como um dos principais nomes. Assim como as medidas e os ideais, a referência constante à revolta de São Domingos também foi uma influência teórica de autores do exterior. Mais do que isso, de acordo com Rocha (2000, p. 59) a ideia da revolta, por Montesquieu e outros, foi utilizada no sentido de apontar a necessidade de reformar a escravidão. É claro que havia também o medo propagado pelos senhores, entretanto, muitas vezes quando utilizado pelos abolicionistas, o intuito era o de reformar a instituição.

Nesse sentido, percebe-se que os autores antiescravistas que residiam no solo brasileiro não construíam seus pensamentos, nem elaboravam seus escritos

somente com base nas suas experiências, referências à Ilustração foram intensamente utilizadas pelos mais importantes abolicionistas que aqui viveram. Conforme afirma Rocha (2000, p. 60) os brasileiros, ao contrário dos autores da Ilustração, nunca militaram contra a escravidão. Escrever textos, com referências externas, foi a única atividade antiescravista que tiveram durante suas vidas.

3.3 Os reflexos da Revolução Haitiana no território brasileiro: o fenômeno do haitianismo nas discussões acerca da escravidão

A Revolução Haitiana foi um marco de essencial importância para a história, assim como para a historiografia que se dedica aos estudos sobre a escravidão. A independência do Haiti representou a luta contra o colonialismo e teve como significado a resistência de uma população escravizada contra toda a opressão sofrida durante séculos.

O processo revolucionário ocorrido na ilha caribenha, pelo fato de ter sido pensado e realizado inicialmente pelos próprios escravizados, era visto como algo impossível. Para muitos, era difícil aceitar que seres humanos objetificados e considerados coisas tivessem capacidade de fazer algo tão essencialmente humano, que é lutar pela sua liberdade. Não apenas foi possível, como obteve êxito, tendo em vista que os oprimidos organizaram-se coletivamente, colocando-se como sujeitos da sua própria história.

O processo ocorrido na Ilha de São Domingos possuiu repercussões planetárias, obtendo ecos, principalmente, ao redor do mundo ocidental. O processo revolucionário haitiano atuou no imaginário e foi responsável por moldar os temores da elite senhorial, que apresentava medo da possibilidade de ocorrer uma revolução comandada por escravizados, assim como houve na Ilha de São Domingos.

É importante apontarmos que de acordo com o autor Nishikawa (2005, p. 15) o Haiti representou caso ímpar, onde os negros dominaram a ilha, declararam o fim da escravidão, algo que no Brasil levou quase um século a mais para ser concretizado. Havia inúmeras diferenças nas realidades da sociedade Caribenha para a brasileira. Conforme aponta Nishikawa (2005, p. 26) o Haiti nunca foi o Brasil, o Brasil também nunca foi o Haiti. Eram realidades totalmente diferentes.

Entretanto, mesmo representando um caso específico, após a ocorrência da independência, os territórios que estavam reconfigurando as bases de suas

sociedades escravistas, como o Brasil, viram-se diante de um problema que poderia colocar em xeque a tão lucrativa instituição: a chamada “onda negra”. Nesse sentido, houve uma tentativa de silenciar os eventos protagonizados por negros. Esse silenciamento foi fruto da tentativa de camadas da elite em ocultar os eventos, pois havia o medo de que estas informações pudessem ser prejudiciais para a manutenção do sistema.

Apesar do desejo das elites e dos governantes em omitir os acontecimentos ocorridos no Haiti, as informações chegavam ao solo brasileiro, e mais do que isso, se propagavam de forma muito rápida. Diferente do que se pensava, os escravizados não estavam alheios aos eventos políticos internos e externos. Os cativos estavam presentes em todos os ambientes, ouvindo e vendo tudo.

Marco Morel (2017, p. 22) no seu trabalho sobre Revolução Haitiana e suas consequências no Brasil escravista, afirma que o termo haitianismo consolidou-se no Brasil. Para o autor, a radicalização aos moldes do Haiti anunciava o fim imediato da escravidão através da violência, da instauração de uma república negra e do extermínio branco, muito diferente da abolição gradual e progressiva, que era a alternativa ansiada por várias lideranças no território brasileiro, incluindo Gonçalves Chaves.

Com a notícia da vitória da rebelião dos negros do Haiti, os senhores de escravizados do Brasil ficaram mais temerosos e preocupados com sua própria sorte. Havia um clima de insegurança por todo o extenso território brasileiro. Segundo Queiroz (2017, p. 121) o espectro da onda negra, tendo como símbolo máximo a Revolução Haitiana, permeava o imaginário de fazendeiros, políticos, escravizados, quilombolas e demais agentes do Brasil no século XIX.

Gonçalves Chaves, como um charqueador, senhor de escravizados, certamente teria muito a perder caso a chamada “onda negra” realmente ocorresse. Nesse sentido, a possibilidade do sistema escravista romper de forma violenta, tirando o poder das mãos das elites, fez com que o político luso-brasileiro temesse o movimento. Nas memórias de Gonçalves Chaves, o medo do haitianismo se mostra muito presente:

“O exemplo de São Domingos” deve estar patente aos olhos de todos os brasileiros e devem convir que lhes é necessário tomar todas as medidas para reduzir a Nação Portuguesa Americana a uma só, sem prejuízo de sua agricultura e sem perda dos atuais colonos”. (CHAVES, 1978, p. 72).

Como já abordado, o temor do haitianismo não foi um sentimento

desenvolvido apenas por Gonçalves Chaves, tendo em vista que muitos relatos comprovam o medo da ocorrência de algo parecido com o que houve em São Domingos, entretanto, daremos enfoque, neste tópico, ao território brasileiro.

De acordo com João José Reis (1989, p. 14) boa parte das mudanças de níveis estruturais no que diz respeito à escravidão tiveram origem a partir da Revolução Haitiana. Para este autor, a única revolução escrava bem-sucedida no Novo Mundo aconteceu em São Domingos, futuro Haiti, no início da década de 1790. Naquele momento em que a França se via dividida por uma revolução, sua colônia antilhana se dividia entre senhores mulatos e brancos que se digladiavam pelo poder. Os escravizados aproveitaram-se da situação e da retórica revolucionária para agir.

A Revolução Haitiana foi responsável por destruir a mais lucrativa colônia europeia de seu tempo e, além disso, criou um Estado negro nas Américas, se transformando em um símbolo de resistência escrava em todo hemisfério, um exemplo para todos os escravizados oprimidos ao redor do mundo de que era possível vencer os seus senhores.

Conforme aponta James (2000, p. 56) em 1789, a colônia francesa de São Domingos possuía o maior volume de tráfico negreiro do planeta, além disso, representava dois terços do comércio exterior da França, produzindo metade do café consumido no mundo todo e, também, quase ao equivalente de açúcar exportado por Jamaica, Cuba e Brasil juntos. De acordo com James (2000, p.56) se em nenhum outro lugar do mundo havia tanta miséria como em um navio negreiro, da mesma forma, nenhuma parte da superfície terrestre produziu, com suas devidas proporções, tanta riqueza quanto à colônia de São Domingos.

Segundo Youssef (2009, p. 2) devido à importância desta colônia e pela forma como ocorreu a revolta dos escravizados, algo inédito, a Revolução do Haiti, pode ser considerada como um ponto de virada na história, tendo em vista que ela demonstrou aos negros de boa parte do mundo atlântico que a liberdade poderia ser alcançada por conta própria, ou seja, que era possível escapar das amarras do cativeiro. Após a ocorrência da independência, os territórios que estavam reconfigurando as bases de suas sociedades escravistas, como o Brasil, viram-se diante de um problema que poderia colocar em xeque a tão lucrativa instituição: a chamada “onda negra”.

De acordo com Queiroz (2017, p. 118) o pânico da guerra dos negros contra

os brancos, a ameaça do “inimigo interno”, a circulação do temor e o imaginário da liberdade mobilizaram as práticas das elites locais e dos subalternizados no Brasil do alvorecer do século XIX. Desta forma, durante todo o século foi possível deparar-se com um imaginário construído a partir do medo ou da insegurança. O medo de uma onda negra se mostrou também presente no âmbito político, nos discursos, nas discussões e nas posturas adotadas pelos parlamentares.

Conforme aponta Nishikawa (2005, p. 3) as declarações dos políticos brasileiros estão repletas de referências sobre o Haiti. Escravistas e antiescravistas dividiam o palco nas discussões referentes a esse tema. Uma das principais lideranças políticas do Brasil oitocentista, José Bonifácio, já citado neste trabalho, representa um exemplo marcante que comprova o medo de uma revolução realizada por escravizados em solo brasileiro:

Mostra a experiência e a razão que a riqueza só reina onde impera a liberdade e a justiça e não onde mora o cativo e a corrupção. Se o mal está feito, não aumentemos, senhores, multiplicando cada vez mais o número de nossos inimigos domésticos, desses vis escravos que nada têm a perder, antes tudo que esperar de alguma revolução, como a de São Domingos, ouvi, pois, torno a dizer, os gemidos de cara pátria que implora socorro e patrocínio. (SILVA, 1988, p. 75).

Tendo em vista que o haitianismo representava assunto presente no Brasil oitocentista e, principalmente, no universo dos senhores de escravizados e dos abolicionistas, é necessário compreendermos o motivo por trás deste temor. Quais acontecimentos e eventos ocorreram no solo Brasileiro fizeram com que a chamada “onda negra” fosse considerada possível? Havia motivos a temer?

Com os diversos momentos de instabilidade política, antes e depois da separação de Portugal, houve uma explosão de diversas revoltas e conspirações de negros escravizados e livres pelo extenso território brasileiro. De acordo com Sampaio (2016, p. 5) com o despertar do fantasma do haitianismo e uma população de escravizados que só tendia a aumentar, rumores de revoltas e pequenos levantes foram surgindo nas regiões onde se tinha maior importação de escravos africanos como Bahia, Pernambuco, Sergipe e Maranhão.

Dentre os diversos episódios ocorridos, de acordo com Mott (1988, p. 14) um dos mais marcantes ocorreu em Itapuã, na Bahia, no ano de 1814. Neste ano e nesta cidade houve uma sublevação de escravizados empregados nas pescarias. Depois de sufocada a revolta, que acarretou no número total de 13 brancos e 56 negros assassinados – os comerciantes baianos escreviam ao governo central

denunciando que os negros falavam abertamente de suas revoltas, além disso, comentavam nas ruas sobre os acontecimentos ocorridos no Haiti com uma riqueza de detalhes.

Outro exemplo famoso ocorreu na vila de Laranjeiras, o principal centro comercial e onde vivia a maior colônia lusitana da província de Sergipe. De acordo com Luiz Mott (1982, p. 64) no amanhecer do dia 26 de junho de 1824 surgiram gritos que diziam “Vivam mulatos e negros. Morram os marotos e caiados”. Este relato demonstra o desejo dos negros daquela localidade em reproduzir a violência exercida aos brancos na ilha de São Domingos. Além dos episódios citados, muitos outros foram confirmados. Nesse sentido, percebemos que o medo não era infundado.

Conforme aponta Vargas (2011, p. 11) mesmo que as opiniões de Chaves fossem compartilhadas por outros senhores escravistas, alguns de seus pontos de vista e desejos não o eram. José Bonifácio, por exemplo, foi um dos principais abolicionistas e, bem diferente de Chaves, era contrário à forma de administração fundamentada na violência extrema:

Bonifácio não acreditava que a melhor solução fosse direcionar o governo dos escravizados com uma rigorosa disciplina, castigos excessivos e alta vigilância. Ele projetava, com a extinção do tráfico, que os escravos servissem aos seus senhores “com fidelidade e amor” e “de inimigos se tornariam amigos e clientes”. (VARGAS, 2011, p. 11)

Nesse sentido, percebemos que se José Bonifácio, um abolicionista que atuou não apenas contra a escravidão, mas também em combate aos abusos e castigos temia o episódio ocorrido em São Domingos, certamente Gonçalves Chaves, charqueador escravagista, possuía ainda mais motivos para ter medo do haitianismo, tendo em vista a forma violenta como administrava sua escravaria.

Conclusão

No presente trabalho de conclusão de curso, pretendeu-se compreender, conforme apontado na titulação, as ideias anti-escravistas e a abolição do tráfico transatlântico a partir da obra do charqueador português Antônio José Gonçalves Chaves. Analisar as incoerências de um importante charqueador, senhor de escravizados, que ascendeu economicamente por meio da exploração do trabalho compulsório e que, por outro lado, escreveu uma obra em defesa da abolição gradual do tráfico e da escravidão, foi o que moveu esta pesquisa.

Antônio José Gonçalves Chaves administrou suas escravarias com muita violência, tendo atingido seu sucesso social e econômico através da dor e do sangue de cativos, porém, foi um dos mais importantes nomes abolicionistas do Brasil oitocentista. Como já abordado ao longo deste trabalho, Gonçalves Chaves redigiu a obra *Memórias econômico-políticas sobre a administração pública do Brasil*, colocando no papel, entre os anos de 1817 e 1822, suas concepções no que diz respeito a novas formas de administração pública.

Nesse sentido, para atingir o objetivo proposto, foi realizado um estudo da terceira memória desta obra, intitulada de “Escravidão”, tendo em vista que nesta memória, precisamente, o charqueador aborda a escravidão, apontando seus pensamentos no que se refere à instituição escrava, dissertando, principalmente, sobre os prejuízos causados para a sociedade. Para alcançar este propósito, o trabalho também percorreu caminhos para contextualizar o objeto de estudo.

Tendo em vista que Antônio José Gonçalves Chaves foi um dos mais importantes e renomados charqueadores do sul do Brasil, tornou-se imprescindível abordar a organização das charqueadas, assim como o seu papel para a escravidão. Nesse sentido, o primeiro capítulo auxilia de forma significativa no que diz respeito ao conhecimento das dinâmicas escravistas presentes nestes estabelecimentos, assim como a atuação da elite charqueadora. Por meio deste estudo, tornou-se possível compreender o processo de produção do charque, as múltiplas atividades exercidas pelos charqueadores e, também, a realização de uma análise mais aprofundada nas formas de relações desenvolvidas pelos escravizados, como, por exemplo, na formação das famílias cativas, nas experiências de parentesco e nos laços familiares envolvendo os escravizados no lado sul do Brasil.

Através do estudo desenvolvido neste capítulo, foi possível compreender o processo inicial das charqueadas, ou seja, a importância dos acessos fluviais e da facilidade de transporte na determinação de suas localizações. Além disso, foi realizada uma análise acerca da atividade saladeiril e seu impacto no êxito do núcleo charqueador pelotense, sendo considerado um dos mais importantes de carne seca do Brasil. As charqueadas, nesse sentido, foram julgadas como as motivadoras por este desenvolvimento e riqueza. Entretanto, a lucratividade advinda das atividades charqueadoras concentrava-se na mão da elite, com a exploração da mão-de-obra escravizada.

Através deste capítulo, foi possível analisar também a presença de escravizados nas mais diferentes áreas, exercendo variadas funções. Os sujeitos cativos estavam presentes em praticamente todas as atividades econômicas do país, o que revela a multiplicidade no que se refere às suas relações econômicas e sociais.

O segundo capítulo foi o responsável pelo estudo da obra elaborada por Gonçalves Chaves, como já apontado. Por meio desta análise, foi possível compreender a forma como o charqueador manifestou-se favoravelmente à abolição gradual do tráfico de escravizados e da escravidão. Além disso, o estudo permitiu uma pesquisa acerca da forma como Chaves administrava suas escravarias e lidava com seus cativos.

A terceira memória, que aborda a escravidão, escrita no ano de 1817, foi uma das primeiras manifestações redigidas e publicadas no Brasil contra a instituição escrava. Por meio do estudo desta memória, foi possível compreender que Chaves, através de seus escritos, apontou os terríveis males causados pelo sistema escravista e, além da crítica, manifestou a necessidade de acabar com a introdução de negros escravizados no Brasil. Ao longo de sua memória, o charqueador construiu uma quantidade numerosa de artigos com o objetivo de mostrar o quão prejudicial a instituição escrava era para toda a sociedade.

O charqueador utiliza múltiplos exemplos para ilustrar a necessidade da abolição. Em um dos artigos, Chaves emprega o argumento de ordem econômica, ou seja, por meio de referências a autores liberais da Europa, aponta que um dos motivos para acabar com a escravidão dizia respeito ao fato da escravatura ser inconciliável com a economia política moderna. Com o sistema escravista, seria impossível a prosperidade da agricultura e, até mesmo, o nascimento da indústria,

pois o escravizado não possuía motivação alguma para trabalhar, tendo em vista que não havia retorno financeiro em troca da sua força de trabalho.

O artigo V, utilizado por Chaves para abordar a incompatibilidade do sistema de escravidão com a moral e a força do Estado, torna-se muito importante para este trabalho, tendo em vista que, como já apontado, buscou-se analisar as incoerências do charqueador português. Neste artigo, Chaves aponta a existência de castigos praticados contra crianças cativas e afirma que o modo de tratamento empregado desumanizava os escravizados. O charqueador, ao mesmo tempo em que constrói em sua obra uma crítica aos maus-tratos, praticava os mesmos castigos com seus escravizados. Chaves governava sua escravaria à punhos de ferro, impondo um tratamento extremamente violento aos seus cativos.

Amplas declarações de escravizados tornam cristalina a forma como Chaves administrava sua escravaria. Os relatos dos cativos sobre os abusos e violências causadas pelo charqueador português fazem com que possamos notar as incoerências de um senhor de escravizados extremamente violento e que escreveu uma das mais importantes obras de seu tempo no que diz respeito à abolição gradual do tráfico e da escravidão.

Antônio José Gonçalves Chaves, ao longo de sua obra, não nega a forma hostil e violenta que impunha aos seus escravizados, entretanto, busca utilizar justificativas que tornem aceitáveis suas atitudes violentas. Por meio da análise de sua terceira memória, tornou-se possível compreender que, na perspectiva do charqueador, a relação violenta existente nas charqueadas ocorria por conta do sistema escravista, da instituição escrava, e não por maldade do senhor. Entretanto, é necessário apontar que, diferente do que Chaves aborda, nem todos os senhores administravam suas escravarias do mesmo modo, enxergando a violência como um meio para atingir seus objetivos. A relação entre senhor e escravizado era complexa e múltipla, variando a partir de distintas realidades.

Por último, através do terceiro capítulo, foram analisadas as influências abolicionistas, principalmente as construídas na Grã-Bretanha, nos escritos antiescravistas da Ilustração, e também nas experiências da Revolução Haitiana. Este estudo permitiu compreendermos o impacto da literatura abolicionista desenvolvida em outros lugares ao redor do mundo, no solo brasileiro e, mais precisamente, na mentalidade e na construção dos discursos elaborados por Antônio José Gonçalves Chaves.

Por meio da análise acerca do abolicionismo britânico, foi possível compreendermos os esforços realizados pela Inglaterra em torno do processo de fim do tráfico de escravizados. Além disso, tornou-se perceptível a forma como a pressão imposta pela Inglaterra foi vista pela sociedade e, principalmente, a maneira como os anti-escravistas e os membros da elite política e econômica reagiram com a força britânica. A atuação da Inglaterra foi vista como uma afronta aos interesses brasileiros. Como já esperado, as elites econômicas e políticas, beneficiadas pela escravidão e pelo tráfico de escravizados, manifestaram-se contrariamente à intervenção britânica, entretanto, até mesmo alguns anti-escravistas eram contrários a ideia de um país adotar uma postura intervencionista, buscando mediar e ditar regras em outros territórios que não os seus.

As análises acerca das influências antiescravistas da Ilustração foram fundamentais para este trabalho, tendo em vista que, com a posição social e econômica que Antônio José Gonçalves Chaves ocupava na sociedade e, além disso, seu gosto pela literatura, o charqueador obteve amplo acesso às mais diversas influências abolicionistas do exterior. Através desta pesquisa, pode-se chegar à conclusão de que Chaves utilizou muitos autores para a construção de sua obra, tendo em vista que os pensamentos de muitos escritores foram incorporados no seu livro *Memórias econômico-políticas sobre a administração pública do Brasil*.

Em sua obra, Chaves demonstra sua bagagem teórica extensa, tendo em vista que revisita os textos de Raynal, Smith, Soares Franco e Montesquieu diversas vezes para elaborar seus escritos. Nesse sentido, percebe-se que o charqueador construiu muito do seu pensamento com base na influência da literatura antiescravista europeia. Tanto Chaves, quanto outros abolicionistas que ocupavam a elite brasileira, escreveram em um tempo em que havia à disposição uma vasta literatura antiescravista.

Nesse sentido, pode-se afirmar que autores antiescravistas que elaboravam seus escritos em solo brasileiro não construíram seus ideais e posicionamentos somente com base nas suas vivências e realidades, referências às obras e autores da Ilustração foram utilizadas por Antônio José Gonçalves Chaves e também por outros importantes antiescravistas que aqui residiram. Estes elementos são imprescindíveis para que possamos compreender o surgimento do pensamento abolicionista no território brasileiro.

Por último, uma análise acerca da Revolução Haitiana e, mais precisamente,

do haitianismo, mostrou-se imprescindível para a elaboração deste trabalho, tendo em vista a quantidade numerosa de menções a este termo realizadas por Antônio José Gonçalves Chaves. O charqueador, em sua obra, aborda o temor de uma revolução realizada por escravizados, nos moldes da ocorrida na ilha de São Domingos.

Por meio do estudo a respeito dos reflexos da Revolução Haitiana no território brasileiro, ou seja, do fenômeno do haitianismo nas discussões acerca da escravidão, tornou-se possível compreender que Chaves, um charqueador e renomado senhor de escravizados, possuía temor da possibilidade de ocorrência do fenômeno, tendo em vista não apenas os prejuízos que acarretaria no que se refere ao aspecto econômico, havia também o medo por conta da forma como este charqueador administrava sua escravaria.

Nesse sentido, Antônio José Gonçalves Chaves sabia das consequências geradas caso o sistema escravista rompesse de forma violenta, retirando o poder das mãos das elites. O charqueador escrevia favoravelmente à abolição do tráfico de escravizados de forma gradativa, entretanto, como já mencionado, impunha muita violência aos seus cativos. Portanto, Chaves acreditava que, caso a revolução ocorresse, os escravizados escolheriam lembrar-se da imagem do charqueador como o senhor que praticava abusos e castigos, tendo em vista que, para suas vidas, de nada adiantava escritos em um papel em defesa da abolição, quando a realidade material apresentava a violência, a dor e o sangue.

Referências bibliográficas

- AL-ALAM, C. C. **A Negra força da Princesa: polícia, correção em Pelotas (1830-1857)**. Pelotas: Sebo Icário, 2008.
- ALENCASTRO, L. F. África, números do tráfico atlântico. In: SCHWARTZ, L. GOMES, F. (orgs.) **Dicionário da Escravidão e Liberdade: 50 textos críticos**. São Paulo: Companhia das Letras, 2018, p. 57-63.
- ALVES, F. N. questão da dependência nas relações internacionais: a gênese da preeminência britânica no Brasil. **BIBLOS – Revista do Instituto de Ciências Humanas e da Informação**, v.17, p. 71-85, 2005. Disponível em: <http://hdl.handle.net/20.500.11959/brapci/23022>. Acesso em: 8 out. 2022.
- ASSUMPÇÃO, J. E. Idade, Sexo, Ocupação e Nacionalidade dos Escravos Charqueadores (1780-1888). **Estudos Ibero-Americanos**, PUCRS, XVI (1,2): 29-46, jul./dez., 1990.
- BARRETO, A. **Bibliografia sul-riograndense: a contribuição portuguesa e estrangeira para o conhecimento do Rio Grande do Sul**. Rio de Janeiro: Conselho Federal de Cultura, 1973.
- BERUTE, G. **Dos escravos que partem para os portos do sul: características do tráfico negreiro do Rio Grande de São Pedro do Sul, 1790 - 1825**. Dissertação (Mestrado em História). Universidade Federal do Rio Grande do Sul, UFRGS. Porto Alegre, 2006.
- BETHELL, L. **A Abolição do comércio brasileiro de escravos**. Brasília: Senado Federal/Conselho Editorial. 2002
- CAPELA, J. **As burguesias portuguesas e a abolição do tráfico da escravatura (1810- 1840)**. Porto: Afrontamento, 1987.
- CHAVES, A. J. G. **Memórias econômico-políticas sobre a administração pública do Brasil**. Porto Alegre: Cia. União de Seguros Gerais, 1978.
- COUTINHO, J. J. C. A. **Analyse sobre a justiça do commercio do resgate dos escravos**. Lisboa: Nova Officina de João Rodrigues Neves, 1794.
- FARINATTI, L. A. Escravos do Pastoreio. Pecuária e escravidão na fronteira meridional do Brasil (Alegrete, 1831-1850). **Revista Ciência e Ambiente**, v. 33, p. 135-134, 2006.
- FRAGOSO, J. L. R. **Homens de Grossa Aventura: acumulação e hierarquia na praça mercantil do Rio de Janeiro (1790-1830)**. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1998.
- FRANCO, S. C. Notícia bio-bibliográfica. In: CHAVES, A. J. G. **Memórias econômico-políticas sobre a administração pública do Brasil: entendimentos federativos e sociedade de mercado**. 4. ed. São Leopoldo, RS: Ed. Unisinos, 2004, p.86-89.
- GOMARIZ, J. Francisco de Arango y Perreño: el discurso esclavista de la ilustración cubana. **Cuban Studies**, Pittsburgh, v. 35, p. 45-61, 2004.
- GUTERRES, L. B. S. Escravidão e Família: Santa Maria (século XIX). **8º Encontro Escravidão e Liberdade no Brasil Meridional**, Porto Alegre. Anais: Encontro Escravidão e Liberdade no Brasil Meridional, 2017.
- GUTIERREZ, E. **Barro e sangue**. Pelotas: Editora da UFPel. 2004.

- GUTIERREZ, E. Sítio charqueador pelotense. In: BOEIRA, N. & GOLIN, T. (coord.) **História Geral do Rio Grande do Sul** (Vol.2), Passo Fundo: Méritos, 2006, p.231-256.
- JAMES, C. L. R. **Os Jacobinos Negros**: Toussaint Louverture e a revolução de São Domingos. São Paulo: Bomtempo Editorial, 2000.
- LEME, M. S. Entre o Congresso de Lisboa e a Constituinte Brasileira: Concepções de Estado do empresário luso-gaúcho Antônio José Gonçalves Chaves. **Revista Brasileira de História**, v. 38, n. 77, p. 57-59, 2018.
- LONER, B. A; GILL, L. A; SCHEER, M. I. Enfermidade e morte: os escravos na cidade de Pelotas, 1870-1880. **História, Ciências, Saúde – Manguinhos**, Rio de Janeiro, v.19, supl., p.133-152, dez. 2012.
- MAESTRI, M. **O escravo no Rio Grande do Sul**: a charqueada e a gênese do escravismo gaúcho, Porto Alegre: ES/UCS, 1984.
- MAMIGONIAN, B. G. A proibição do tráfico atlântico e a manutenção da escravidão. IN: GRINBERG, K.; SALLES, R. (Orgs.) **O Brasil Imperial 1808-1830**. vol. 1. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2009, p. 207-233.
- MAMIGONIAN, B. G. **Africanos livres**: a abolição do tráfico de escravos no Brasil. São Paulo: Companhia das Letras, 2017.
- MATHEUS, M. S. A família escrava na Lista de Classificação de Alegrete. **XXVI SIMPÓSIO NACIONAL DE HISTÓRIA**. São Paulo. Anais: XXVI SIMPÓSIO NACIONAL DE HISTÓRIA – 2011, p.1-17.
- MONQUELAT, A. F. **Charqueadores, Saladeristas y Esclavistas**. Pelotas: UFPel, 2010.
- MOREL, M. **A Revolução do Haiti e o Brasil Escravista**: o que não deve ser dito. São Paulo: Paco Editorial, 2017.
- MOTT, L. A revolução dos negros do Haiti e do Brasil. **Revista Questões & Debates**, nº 4, Curitiba: p. 55-64, 1982.
- MOTT, L. **Escravidão, homossexualidade e demonologia**. São Paulo: ícone, 1988, p.13-14.
- NARANJO OROVIO, C. La Amenaza haitiana, un miedo interesado. In: GONZÁLES-RIPOLL et al. (Eds.). **El Rumor de Haití en Cuba**: temor, raza y rebeldía. Madrid: Consejo Superior de Investigaciones Científicas, 2004. p. 84-178.
- NISHIKAWA, R. O Haiti não é aqui: discurso antiescravista e práticas escravistas no Brasil (1790-1840). **Métis: História & Cultura**, vol. 4, n. 7, p. 11-32, jan./jun., 2005.
- PEREIRA, R. R. **A Presença Inglesa no Brasil e sua Influência nas Obras de Escritores Brasileiros do Século XIX**. 150 f. Dissertação (Mestrado em Letras) - Programa de Pós-Graduação em Letras, Universidade Federal do Pará, Belém, 2005.
- QUEIROZ, M. V. L. **Constitucionalismo brasileiro e o Atlântico Negro**: a experiência constitucional de 1823 diante da Revolução Haitiana. 200f. Dissertação (Mestrado em Direito). Universidade de Brasília – UnB, Brasília, 2017.

- PINTO, N. G. As famílias escravas dos Rodrigues Barcellos: escravidão, liberdade, hierarquias sociais e mobilidade social na cidade de Pelotas/RS, 1830/1888. I **Seminário Internacional Brasil no século XIX**, Vitória: p. 1-23, 2015.
- PINTO, N. G. **A benção compadre**: experiências de parentesco, escravidão e liberdade em Pelotas, 1830/1850. Dissertação. (Mestrado em História) Programa de Pós-Graduação em História da Universidade do Vale do Rio dos Sinos. São Leopoldo, 2012.
- QUEIROZ, M. V. L. **Constitucionalismo brasileiro e o Atlântico Negro**: a experiência constitucional de 1823 diante da Revolução Haitiana. Brasília, 2017.
- RAMINELLI, R. Reformadores da escravidão, Brasil e Cuba c. 1790 e 1840. **Varia História**, Belo Horizonte, v. 37, n. 73, p.119-154, jan./abr. 2021.
- REIS, J. J.; SILVA, E. **Negociação e conflito**: a resistência negra no Brasil escravista. São Paulo: Companhia das Letras, 1989.
- REIS, J. J. O abolicionismo em perspectiva continental. **Afro-Ásia**, Salvador, n. 31, p. 369 - 373, 2004. Disponível em: <https://periodicos.ufba.br/index.php/afroasia/article/view/21083>. Acesso em: 7 out. 2022.
- ROCHA, A. P. Idéias antiescravistas da Ilustração na sociedade escravista brasileira. **Revista Brasileira de História**. São Paulo, v. 20, n. 39, p. 43-79, 2000. Disponível em: <http://www.scielo.br/pdf/rbh/v20n39/2981.pdf>. Acesso em: 7 out. 2022.
- SAINT-HILAIRE, A. de. **Viagem ao Rio Grande do Sul, 1820-1821**. Belo Horizonte: Itatiaia; São Paulo: Edusp, 1974.
- SAMPAIO, C. R. L. O Haitianismo no Brasil e o medo de uma onda revolucionária. **Anais do X Colóquio da Unicap**. Escravidão, abolição e pós abolição. Universidade Católica de Pernambuco, p. 77-97, 2016.
- SILVA, J. B. A. Representando à Assembléia Geral Constituinte e Legislativa do Império do Brasil sobre a escravatura. In: NOGUEIRA, O. (org.) **Obra política de José Bonifácio**. Brasília: Senado Federal, 1973, p. 94-97.
- SILVA, J. B. A. Representação à Assembléia Geral Constituinte e Legislativa do Império do Brasil sobre a escravatura. (1825) IN: COSTA, J. S. M. (et alli). **Memórias sobre a escravidão**. Publicações Históricas, Rio de Janeiro: Arquivo Nacional, 1988.
- SLENES, R. **Na senzala uma flor**: esperanças e recordações na formação da família escrava – Brasil Sudeste, século XIX. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 1999.
- SOUZA, J. F. da L. **O Preço da Modernidade**: produtos e hábitos ingleses no Brasil oitocentista. 59p. Trabalho de Conclusão de Curso (Graduação em História) – Universidade Federal de Santa Catarina – UFSC, Florianópolis, 2021.
- VARGAS, J. M. Abastecendo plantations: A inserção do charque fabricado em Pelotas (RS) no comércio atlântico das carnes e a sua concorrência com os produtores platinos (século XIX). **História (São Paulo)** v. 33, n. 2, p. 540-566, 2014. Disponível em: <http://www.scielo.br/pdf/his/v33n2/0101-9074-his-33-02-00540.pdf>. Acesso em: 15 set. 2022.

VARGAS, J. M. Para conter os seus delírios: os charqueadores e o governo dos escravos em Pelotas (c.1820- c.1850). **V Jornada Histórica do PPGH-UFRJ**. Universidade Federal do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, 2011.

VARGAS, J. M. **Pelas Margens do Atlântico**: Um estudo sobre elites locais e regionais no Brasil a partir das famílias proprietárias de charqueadas em Pelotas, Rio Grande do Sul (século XIX). 505 f. Tese (Doutorado em História Social). Programa de Pós-Graduação em História Social, Universidade Federal do Rio de Janeiro – UFRJ, Rio de Janeiro, 2013.

VARGAS, J. M. Uma cidade negra: a escravidão em Pelotas durante o processo de montagem das charqueadas (RS, 1790-1835). **9º Encontro Escravidão e Liberdade no Brasil Meridional**, Anais: 9º Encontro Escravidão e Liberdade no Brasil Meridional. Florianópolis: Universidade Federal de Santa Catarina, v. 1, p. 1-16, 2019.

YOUSSEF, A. Haitianismo em perspectiva comparativa: Brasil e Cuba (sécs. XVIII-XIX). Curitiba, **Anais: 4º Encontro Escravidão e Liberdade no Brasil Meridional**, 13-15 de maio de 2009, p.1-29.

ZARTH, P. A. **Do arcaico ao Moderno**: o Rio Grande do Sul agrário do século XIX. (Coleção ciências sociais). Ijuí: Ed. Unijuí, 2002.